

revista

poli

saúde
educação
trabalho

Ano VII — Nº. 40 — mai./jun. 2015



Mala Direta
Básica

09/12340185/2013-DR/RJ

Flocruz

Correios



ENTREVISTA

Jesus Brigos fala
sobre as recentes
mudanças em Cuba

TERCEIRIZAÇÃO

Quais os interesses
em disputa?

As (muitas) engrenagens da corrupção



Revista Poli

5 anos de jornalismo público pelo fortalecimento da Educação Profissional em Saúde

Assine a Poli gratuitamente pelo email revistapoli@focruz.br
www.epsjv.focruz.br/poli

SAÚDE
EMPRESA

Gestão no SUS: até onde
ela é pública?

Qualificação
do Mundo
é nossa?

ELEIÇÕES 2010

Capa	2
Outras faces da corrupção	
Almanaque	10
Entrevista	12
Jesus Brigos – "No socialismo não pode sobrar gente"	
Terceirização	16
A quem interessa a terceirização?	
15ª CNS	19
Sentidos da participação	
Pronatec	22
Os próximos passos do Pronatec	
Livros	24
O braço do Banco Mundial nas políticas de saúde e educação	
Dicionário	25
Poder Popular	

Apropriação do público pelo privado. Essa é o ponto central da ideia de corrupção. O que as chamadas sensacionalistas dos jornais sempre esquecem é que para cada agente ou ente público envolvido num esquema de corrupção, há uma parcela do empresariado (privado) que se beneficia dela. Mais do que um 'vício' político, portanto, a corrupção tem também — e talvez principalmente — base econômica. Mas o farto noticiário sobre corrupção traz ainda ausências importantes: em geral, só se incluem nesse pacote as ações consideradas ilegais. Nas muitas situações em que o público é prejudicado em favor da iniciativa privada, nos muitos contratos e concessões em que o erário financia o lucro empresarial, não há escândalo, não há denúncia, não há notícia. Essas e outras questões são discutidas na matéria de capa desta revista, que tenta mostrar como a defesa de interesses econômicos particulares é parte do funcionamento regular do Estado no capitalismo, não só no Brasil.

Uma das saídas apontadas para os problemas de corrupção que têm chamado atenção do país é a construção de uma reforma política que, entre outras coisas, aumente a participação social e acabe com o financiamento empresarial de campanha. Na seção 'Dicionário' desta edição, que fala sobre 'poder popular', você vai conhecer um debate propositivo, que aponta limites nessa saída institucional. Na primeira matéria da série sobre a 15ª Conferência Nacional de Saúde, que vai acontecer em dezembro deste ano, entrevistados ouvidos pela Poli também abordam criticamente os resultados e as expectativas do processo de participação social na saúde. A entrevista com o cubano Jesus Brigos, professor da Universidade de Havana, apresenta uma outra realidade, em que os desafios tanto da participação quanto da relação entre público e privado se dão num contexto muito diferente, mas também cheio de contradições.

Por fim, uma matéria aborda os próximos passos que o MEC aponta para o Pronatec, programa que se tornou a política de educação profissional no Brasil, que aumentou significativamente os números de matrículas nesse segmento, mas com uma clara prioridade de cursos curtos, de formação inicial e continuada, e um grande aporte de recursos públicos transferidos para instituições privadas.

Boa leitura!

Ano VII - Nº 40 - mai./jun. 2015
Revista POLI: saúde, educação e trabalho -
jornalismo público para o fortalecimento da
Educação Profissional em Saúde.
ISSN 1983-909X

Conselho Editorial

Alexandre Moreno, Cristina Barros, Grasieli Nespoli, Ieda Barbosa, José Orbílio, Júlio César Lima, Ana Beatriz de Noronha, Leandro Medrado, Leandro Nardarcio, Marcia Lopes, Marcela Pronko, Clélia Assis, Páulea Zaquini, Paulo César de Castro Ribeiro, Sergio Munck, Tania Camel, Marcelo Melo.



/epsjvfiocruz



@epsjvfiocruz

Assine Nosso Boletim

Envie e-mail para revistapoli@epsjv.fiocruz.br

Coordenador de Comunicação, Divulgação e Eventos

Marcelo Paixão

Editores e repórteres

André Antunes

Cátia Guimarães

Maíra Mathias

Projeto Gráfico, diagramação e capa

Zé Luiz Fonseca

Marcelo Paixão

Maycon Gomes

Assistente de Gestão Educacional

Solange Maria

Analista de Gestão Educacional

Valéria Melo

Editora Assistente de Publicações

Lisa Stuart

Tiragem

10.000 exemplares

Periodicidade

Bimestral

Gráfica

WallPrint

Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sala 305 - Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos,

Rio de Janeiro CEP: 21040-360 - Tel.: (21) 3865-9718 - Fax: (21) 2560-7484

comunicacao@epsjv.fiocruz.br | www.epsjv.fiocruz.br

Outras faces da corrupção

Para além dos esquemas de apropriação indébita de dinheiro público, a corrupção sinaliza a forte presença de interesses privados no Estado

Maíra Mathias



Jânio Quadros prometia varrer a bandalheira durante sua campanha à presidência em 1960.

O Instituto Datafolha realizou um levantamento durante o protesto que reuniu mais de 200 mil pessoas na Avenida Paulista em São Paulo no dia 15 de março deste ano. O objetivo era apontar os principais motivos que levaram as pessoas à manifestação, a maior entre as várias que aconteceram em diversas capitais do país na data. O resultado? Quase metade dos manifestantes respondeu que estava ali para protestar contra a corrupção. Outra pesquisa, também do Datafolha, divulgada pouco antes das eleições de 2014, apontou que a corrupção era vista como o principal problema do país para 27% dos entrevistados, à frente de temas como a educação e o desemprego. Não é à toa. Hoje é impossível ligar a TV ou abrir um jornal sem se deparar com algum escândalo de corrupção. Cartéis formados por empresas para fraudar licitações, superfaturamento de obras, pagamento de propinas, lavagem de dinheiro, contas secretas mantidas em paraísos fiscais. A cobertura jornalística das investigações de casos de corrupção coloca no primeiro plano o desvio e apropriação indébita de recursos públicos. Mas será que as consequências da corrupção são unicamente financeiras? E, indo mais longe: o que chamamos de 'esquemas de corrupção' não podem ser interpretados como manifestações concretas da presença permanente dos interesses privados no Estado?

No Brasil, a funcionalidade da corrupção vai além da dimensão econômica. Uma rápida retrospectiva permite revelar que o tema se prestou a projetar novas lideranças políticas e desestabilizar governos. O político e jornalista fluminense Carlos Lacerda se serviu da imagem do “mar de lama” da corrupção para virar a opinião pública contra o então presidente, Getúlio Vargas. Anos mais tarde, Jânio Quadros seria eleito para o cargo mais alto da República porque se propunha a “varrer a corrupção”. O combate ao comunismo e à corrupção foram os argumentos dos militares para o golpe de 1964 e o primeiro presidente eleito por voto direto após a ditadura, Fernando Collor, foi escolhido para “caçar os marajás”, embora ele próprio tenha acabado “cassado” pelo povo sob denúncias de corrupção.

“Se por um lado o tema da corrupção é apropriado, conduzido e discutido de uma forma extremamente conservadora, é inegável que consegue mobilizar as pessoas de maneira impressionante. É uma pena porque acho que o termo ‘corrupção’ é falho, atrapalha mais do que ajuda, empobrece mais do que explica, mas a apropriação do Estado por entes privados

merece uma discussão por parte da esquerda”. A análise, do historiador Pedro Henrique Campos, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), é um dos pontos de partida dessa matéria.

No centro do palco, os empresários

O cientista político Fernando Filgueiras, Coordenador do Centro de Referência do Interesse Público da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), relata que os primeiros estudos sobre a corrupção datam dos anos 1950. A abordagem funcionalista, que predominou por duas décadas, relacionava a corrupção a práticas políticas típicas de sociedades tradicionais, como o clientelismo, o nepotismo e o fisiologismo. De acordo com Filgueiras, como o problema central era o “atraso” de alguns países, o importante era entender se a corrupção era um entrave ou fazia parte do processo de desenvolvimento. “O que os autores dessa abordagem apontam é que a corrupção pode ser funcional ao desenvolvimento, por poder ‘azeitar’ as relações políticas entre o governo e os empresários e pacificar as clivagens sociais, contribuindo, assim, para estabilidade política”, diz ele.

A partir de 1980, há o predomínio de uma abordagem essencialmente econômica, de viés neoliberal, que seguiu um receituário conhecido: a corrupção estaria ligada ao tamanho do Estado, grande demais, e seria decorrente da “ineficiência” da administração pública. A receita seria menos Estado, que deveria passar a se pautar pela lógica privada, e mais mercado. O panorama da América Latina ou da Rússia na década de 1990, quando foram levadas a cabo privatizações de diversos setores, seria o melhor contra-argumento na opinião de Filgueiras, que ressalta que os estudos sobre corrupção ainda “estão engatinhando”. “Não há ainda dados empíricos concretos. Temos que partir da premissa de que os esquemas de corrupção ocorrem em segredo e, o que vem a público, na forma de escândalo, são esquemas que deram errado. Como não conhecemos o real tamanho da corrupção e sua abrangência, é difícil não apenas medi-la, mas também relacionar sentidos de causalidade”.

Jogar os holofotes sobre agentes públicos e políticos corrompidos é uma tradição de longa data que, durante muito tempo, deixou na coxa empresários e agentes privados corruptores em geral.

Na manifestação do dia 12 de abril, ficou cristalizada a imagem de um cartaz que dizia que “sonegação não é corrupção”. A opinião comum de que o empresário brasileiro é obrigado a sonegar impostos se não quiser fechar as portas se choca com informações reveladas por duas grandes investigações em curso. A primeira delas ultrapassa muitos territórios: trata-se do vazamento de informações sobre contas secretas abertas na filial suíça do banco HSBC. Os documentos revelaram que a instituição financeira atraiu 106 mil clientes, entre suspeitos de sonegação e de diversos crimes (incluindo traficantes e terroristas) em 203 países entre os anos de 1988 e 2007. A quantia somada chegou a 100 bilhões de dólares. Nomes de 8.667 brasileiros estão na lista, dentre eles, donos de empresas que constantemente se dizem deficitárias, como o empresário Jacob Barata, conhecido como o “rei dos ônibus” no Rio de Janeiro.

A segunda investigação é a Operação Zelotes, realizada pela Receita Federal, Polícia Federal, Ministério Público Federal e Corregedoria do Ministério da Fazenda, que examina a sonegação em processos que somam 19 bilhões em tributos. Destes, pelo menos



Vassourinha hoje:
os anos e episódios
se sucedem, símbolo
herdado de Jânio continua.

Marcello Casal/Agência Brasil

R\$ 5,7 bilhões foram desviados, segundo os investigadores. O esquema atuava no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão da Fazenda que julga recursos contra tributações aplicadas pela Receita. Lá, empresas de consultoria que tinham como sócios conselheiros ou ex-conselheiros do Carf vendiam “serviços” de redução ou desaparecimento de débitos. As propinas eram usadas para manipular o resultado dos julgamentos. Entre seus clientes, grandes empresas como Santander (R\$ 3,3 bilhões), Bradesco (R\$ 2,7 bilhões), Gerdau (R\$ 1,2 bilhão), incluindo na lista a afiliada da Rede Globo, RBS, com R\$ 672 milhões de impostos perdoados sob suspeita. “A sonegação no Brasil é muito maior do que a corrupção. Esse grupo que foi à rua nas manifestações de 2015, pelo seu perfil socioeconômico, estaria dentro dessa composição social potencialmente sonegadora. Essas pessoas acham que não estão sendo corruptas, mas o Estado, sim, é visceralmente corrupto e violento”, observa Francisco Fonseca, professor do curso de Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.

A percepção do Estado como algo à parte, separado da sociedade, é o primeiro obstáculo para uma compreensão mais abrangente da corrupção. O historiador Pedro Henrique Campos lembra que o entendimento comum de que o Estado se pauta por uma lógica diferente daquela que existe na sociedade não tem nada de óbvio. Ao contrário, faz parte da leitura e do projeto de mundo de tradições teóricas como o liberalismo. “O Estado é fruto da sociedade, foi criado por ela para mediação social. Nesse sentido, ele reproduz a lógica dominante na sociedade e é atravessado pelas dinâmicas e contradições sociais que o conformam”, afirma.

Um exame mais detido sobre a configuração histórica que dá as bases da relação entre Estado e sociedade, portanto, é tarefa fundamental para avançar no debate de problemas como a corrupção. Marcela Pronko, professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), ajuda a entender: “Numa perspectiva marxista, compreendemos que o Estado capitalista é um estado de classes e tem, acima de todas as funções, que assegurar e reproduzir a dominação de classe. Isso implica resguardar os interesses da classe dominante, que são continuar dominando, mas também reproduzir as condições que favorecem essa dominação, portanto, reproduzir as condições de obter sempre maiores lucros”.

Se o Estado no capitalismo tem como principal tarefa garantir a acumulação de capital — em outras palavras, apropriação por poucas pessoas dos recursos resultantes do trabalho de muitas —, a corrupção pode ser compreendida como um dentre diversos mecanismos que facilitam esse processo. “Entre os empresários, e o caso do Carf está mostrando isso, vigoram práticas de corrupção, sonegação de impostos, todos mecanismos para ampliar as margens de lucro em detrimento da arrecadação pública e do fundo público”, observa Pedro Henrique. Nesse sentido, a corrupção seria estrutural: “Existem várias formas legais de corrupção, diversos mecanismos de apropriação de recursos públicos por entes privados. A corrupção não é uma exceção, não é um caso à parte, embora seja tratada pela imprensa na forma de ‘escândalos’. Se ampliamos um pouco o que entendemos por ‘corrupção’, constatamos que a lógica capitalista está prevalecendo tanto nos casos ilegais, quanto nos casos legais”, avalia o historiador.

Mitos da corrupção

A corrupção pode ser estrutural, mas ela não é natural. “Boa parte dos autores que estuda corrupção no Brasil relaciona a corrupção ao atraso,



ao patrimonialismo, a uma confusão entre público e privado latente na sociedade brasileira”, diz Pedro Henrique. A percepção de que circulam no país um conjunto de falsas explicações para a corrupção que tendem a empobrecer o debate público impulsionou o cientista político Francisco Fonseca a fazer uma lista dos ‘mitos’ mais recorrentes. “Esses mitos cumprem a função de encobrir o entendimento da corrupção como fenômeno político, mascaram a desigualdade social histórica no país e a utilização do Estado pelas e para as elites”.

Uma linhagem de mitos repousa em questões étnicas e culturais. A corrupção no Brasil teria começado com o próprio Brasil, ou seja, seria fruto da colonização portuguesa, essencialmente patrimonialista. Essa ‘herança maldita’ explicaria nosso ‘atraso’. Ao contrário, a colonização anglo-saxã teria legado um espírito mais comunitário. No fundo, ressalta Fonseca, um argumento que se baseia na suposta inferioridade da cultura e dos povos ibéricos. De forma semelhante, a corrupção endêmica estaria ligada à ‘cultura’ brasileira. De acordo com essa visão um tanto eugenista, a miscigenação de vários povos teria como resultado a cultura do ‘jeitinho’, que não separa a esfera pública do espaço privado.

Outros mitos sustentam que a corrupção é um problema essencialmente moral. Há o moralismo seletivo, que atribui a determinados grupos que chegam ao poder deformidades de caráter incorrigíveis, enquanto outros estariam “a salvo” desse “mal”. Segundo o cientista político, há ainda outra interpreta-

ção mais generalista, de que o poder corrompe sempre. Os eleitores estariam separados das pessoas que elegem, problema com implicações semelhantes à separação entre Estado e sociedade.

Outro mito é o de que a corrupção seria consequência da falta de educação ou de uma educação de má qualidade. Quem frequentou 'boas' escolas, portanto, estaria vacinado e até mais apto para votar, o que, segundo Fonseca, "contrasta com inúmeros padrões educacionais elitistas". "Achar que a instituição escolar será a vanguarda da sociedade é uma ingenuidade que a pedagogia já superou há muito tempo. É claro que a escola é um lugar privilegiado de reflexão, mas depende fundamentalmente de como está organizada, quais são os valores predominantes. E, mesmo assim, nada garante que será diferente da sociedade".

O mito da 'terra de ninguém' fecha a lista de Francisco Fonseca. O Brasil seria um país sem lei ou instituições capazes de fiscalizar e punir os casos de corrupção. Esse mito desconsidera os avanços institucionais que aconteceram no país desde 1988. "É importante notar o novo papel do Ministério Público, com poderes inéditos na história brasileira; a recente criação das Defensorias Públicas estaduais, que contribuem para a melhoria do acesso à Justiça pelos mais pobres; as funções fiscalizatórias da Corregedoria Geral da União; as revisões no papel dos tribunais de contas, entre tantas outras instituições e marcos legais organizados em torno dos conceitos de controles internos, externos e sociais", afirma.

Saudades da ditadura: vai passar?

A pesquisa Barômetro das Américas aponta uma tendência que vem se acentuando nos últimos anos. Os dados mais recentes, de 2014, revelam que em países como Paraguai, México, Peru e Colômbia, assim como no Brasil, mais de 45% dos entrevistados acreditam que existe justificativa para golpe militar diante de muita corrupção. Quem acompanhou as manifestações que aconteceram em diversas cidades do país nos dias 15 de março e 12 de abril certamente não teve dificuldades em identificar cartazes estampados com pedidos de "intervenção militar constitucional" ou "SOS" dirigidos ao exército dos Estados Unidos. "No Brasil, em 1964, a justificativa para o golpe de Estado e para o estabelecimento de uma ditadura cruel e autoritária foi o combate ao comunismo e à corrupção", lembra Fernando Filgueiras, que observa que o mesmo ocorreu em toda a América Latina, onde, segundo ele, perdura "uma mistura entre oportunismo de elites políticas, que trazem o tema da epidemia da corrupção para o centro do discurso visando vitórias eleitorais, com uma baixa estruturação dos procedimentos democráticos".

No caso brasileiro, a transição política "lenta, gradual e segura" que, com a Lei da Anistia, isentou o regime de responder legalmente pelos assassinatos, desaparecimentos e torturas, também teria deixado intocada no imaginário popular a versão de que os militares combatiam a corrupção. "A ditadura militar brasileira teve um impacto muito grande, sentido ainda nos dias de hoje em vários sentidos. Do ponto de vista das instituições políticas, ela rebaixou o poder civil e o manteve tutelado, desestruturou completamente os órgãos de fiscalização do Estado, foi um regime profundamente corrupto mas que não se deixava mostrar", afirma Francisco Fonseca.

O caso das empreiteiras ontem, na ditadura, e hoje, na democracia, pode ajudar a derubar o mito e entender de que maneiras a corrupção é indissociável da dinâmica capitalista. No livro 'Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar', Pedro Henrique Campos recuperou a teia de relações constituídas entre empresas e os vários ministérios e agências estatais, principalmente nos setores de transportes, energia e habitação. O título faz referência à música 'Vai Passar', gravada em 1994 por Chico Buarque, em que o compositor fala das "estranhas catedrais" erguidas no país das "tenebrosas transações".

Segundo o livro, é a partir da década de 1930, e, principalmente, no governo Juscelino Kubitschek [1956-1961], que as empreiteiras tomam novo porte e passam a atuar em todo território brasileiro. Elas também passam a desenvolver parcerias e se organizam no âmbito da sociedade civil. Fazem um sindicato da construção pesada, uma câmara brasileira da construção e passam a atuar coletivamente de maneira política combinada junto ao Estado e à sociedade. Segundo ele, essa atuação tem papel decisivo nos anos subsequentes.

Marcello Casati/Agência Brasil



A "memória desbotada" das novas (e nem tão novas) gerações que vão as ruas.

Baseado em farta documentação, o trabalho mostra que a transformação de agências públicas em "feudos" de determinadas empresas era fato notório, denunciado inclusive por firmas concorrentes que se sentiam prejudicadas, como no caso da Companhia Elétrica do Estado de São Paulo (Cesp), que em contratos de grandes hidrelétricas — como Jupuíá e Ilha Solteira, que, antes de Itaipu, eram as maiores do país —, favoreciam as construtoras paulistas, em especial, a Camargo Corrêa. O mesmo acontecia em Minas Gerais, que durante décadas favoreceu a mineira Mendes Júnior. Outro episódio lembrado é a chegada de Antônio Carlos Magalhães à presidência da Eletrobrás, o que garantiu boas condições para a fundação da OAS, de propriedade do genro do político, César Matta Pires, que arrebatou uma série de contratos de miniusinas.

Ilegalidades trabalhistas, com mortes e acidentes de operários nos canteiros de obras, se somavam a outros tipos de manobras. Uma fonte anônima citada pelo livro afirma que o "bom empreiteiro" é aquele que cria a necessidade da obra e, na fase da construção, a transforma num bom negócio, o que significa fazer aditivos que podem superar em centenas de vezes o valor inicial do contrato. "A lógica é a mesma do capitalismo: maximizar lucros, neutralizar a concorrência e dividir seus frutos com os agentes públicos e privados que se dispusessem a viabilizá-la ou acelerar seu pagamento", reforça Pedro Henrique.

Se já falamos que a transição 'lenta, gradual e segura' foi boa para os militares, o mesmo pode ser dito em relação aos empresários. "É uma transição feita do alto, com tentativa de limitar ao máximo a participação popular", afirma o historiador, que destaca que para manter a posição privilegiada, as empreiteiras se adaptaram à nova lógica do sistema político brasileiro: "Se elas eram sócios da ditadura, agora financiam as eleições e partidos políticos, coordenam bancadas nos legislativos, assegurando apoio para aprovação de projetos favoráveis, recursos de emendas parlamentares, dentre outras ações".

O nó do financiamento empresarial

As doações de empresas privadas para campanhas eleitorais foram proibidas em 1965 pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Em 1971, os militares proibiram esse tipo de doação a partidos e, em 1974, a compra de espaço na televisão e no rádio foi vetada tanto a partidos quanto a candidatos. Ao longo da abertura política, as primeiras eleições diretas para governos estaduais (1982), prefeituras das maiores cidades (1985) e presidência (1989), em tese, deveriam ter seguido essas regras. Não foi isso o que aconteceu. O escândalo que levou ao impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello revelou como as empresas, a despeito da proibição, colocavam dinheiro nas candidaturas de sua preferência. Pouco tempo depois, em junho de 1993, foi a vez de Paulo Maluf: a Receita Federal descobriu que o político recebeu doações de empreiteiras para campanhas ao governo do estado, em 1990, e à prefeitura de São Paulo, em 1992.

Mas, como sabemos, o debate sobre a mudança no financiamento do sistema político tomou o rumo do mercado. As doações foram liberadas em 1995, quando o Congresso Nacional aprovou a nova Lei Orgânica dos Partidos. Em 1997, a Lei das Eleições estabeleceu alguns limites para essas doações: 10% do que foi declarado ao Imposto de Renda no ano anterior para pessoas físicas e 2% do faturamento, no caso das empresas. Dependendo do porte da companhia, contudo, esse percentual pode significar centenas de milhões de reais, caso das maiores doadoras de campanhas.

Os dados parciais das doações realizadas por empresas para as eleições de 2014 revelam uma assimetria difícil de ser rompida pelo voto do cidadão. Metade dos valores veio de 19 empresas. A maior doadora foi a JBS, dona da marca Friboi, que desembolsou R\$ 113 milhões. Ainda no setor de ali-

mentação, a Ambev, dona das marcas Brahma, Skol e Antarctica, doou R\$ 41,5 milhões, a quarta maior quantia. O setor financeiro tem dois representantes no ranking das dez maiores doadoras: o Bradesco e o BTG Pactual, que doaram, respectivamente, R\$ 30 milhões e R\$ 17 milhões. O setor da construção foi o que mais doou: juntas, as grandes empreiteiras foram responsáveis por R\$ 300 milhões em doações, 30% do total. Entre elas, as principais foram OAS, com R\$ 66,8 milhões, Andrade Gutierrez, com R\$ 33 milhões, a UTC Engenharia, R\$ 29 milhões. Queiroz Galvão, com R\$ 25 milhões, e Odebrecht, com R\$ 23 milhões doados.

Da mesma forma que a lei não estabeleceu limites fixos para as doações, tampouco as campanhas têm um teto e, a cada eleição, vão ficando mais caras. Segundo o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCEE), em 2002 os gastos totais de campanhas somaram R\$ 800 milhões. Em 2010, o valor saltou para R\$ 4,9 bilhões. Em comparação, na França — país que proíbe a doação empresarial —, campanhas para presidência e legislativo somaram 30 milhões de dólares em 2013. Voltando ao Brasil, os cálculos do MCEE mostram que a eleição de um governador custa, em média, R\$ 23,1 milhões; um senador, R\$ 4,5 milhões; um deputado federal, R\$ 1,1 milhão — sem contar com o caixa dois. "Quem tem mais dinheiro vai formatar melhor aquele produto para vender e isso é um paradoxo da democracia representativa. As elites econômicas e políticas percebem a soberania popular unicamente como um instrumento, o voto, para legitimar seus espaços de poder. Não temos mecanismos de democracia direta e participativa para dar limite a isso, o que resulta em um processo democrático altamente elitizado, robotizado, localizado no momento da disputa eleitoral através de estratégias de marketing", observa José Antônio Moroni, um dos coordenadores da Coalizão pela Reforma Política Democrática e do Instituto e Estudos Sócio-Econômicos (Inesc).

Ao mesmo tempo em que aprovou as doações privadas, a nova lei dos partidos também criou o Fundo Partidário, montante de recursos públicos definido pelo Congresso anualmente. Contudo, o fundo também traz embutido um desequilíbrio: 95% dos recursos são distribuídos de acordo com a porcentagem de votos nas últimas eleições para a Câmara dos Deputados, sendo apenas 5% divididos igualmente entre os 32 partidos que existem hoje, o que penaliza os partidos menores que não são contemplados com financiamento empresarial, além de perpetuar a lógica de que o partido que foi melhor na eleição passada tenha que ser priorizado no próximo pleito. Em 2015, em meio ao ajuste fiscal do governo federal, repercutiu mal a decisão dos parlamentares de triplicar o repasse ao Fundo. Serão R\$ 867,5 milhões contra R\$ 289,6 milhões em 2014.

Os recursos do fundo, por maiores que sejam no caso dos grandes partidos, têm participação insipiente no financiamento das campanhas. Desde 2002, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) disponibiliza as informações enviadas por partidos e candidatos para prestação de contas. As últimas estatísticas consolidadas, de 2010, revelam que 75% dos recursos doados nas eleições foram provenientes de pessoas jurídicas.

As "doações ocultas" são outro aspecto que deve ser levado em conta quando se fala do impacto do financiamento de empresas na política. É assim chamado o dinheiro doado a partidos por empresas que não querem ser associadas diretamente aos candidatos que financiam. O partido recebe a doação e aplica os recursos na candidatura de preferência da empresa. A manobra inviabiliza estudos que cruzam doações e decisões parlamentares, como o divulgado pela última Poli em relação aos planos de saúde. Segundo levantamento do site Congresso em Foco, em 2012, as campanhas para as prefeituras das capitais somaram R\$ 212,5 milhões. Desse montante, R\$ 158,9 milhões foram contabilizados como doações ocultas, o que corresponde a R\$ 75 de cada R\$ 100 doados.

Outro aspecto importante é a relação entre financiamento privado e sucesso nas eleições. O MCEE mostra que dos 513 deputados federais eleitos em 2010, 72% foram os que mais gastaram nas campanhas nos seus estados (em média 12 vezes mais do que o restante dos candidatos não eleitos, mas, em alguns estados, até 30 vezes mais). Outro estudo que analisou o período entre 2002 e 2006 mostrou que 320 parlamentares receberam doações de apenas 5% das empresas que financiaram campanhas, revelando que, além da desigualdade entre candidatos, outra faceta da influência das empresas nas eleições é a formação das "bancadas", grupos de parlamentares que defendem determinados interesses, como aqueles das empresas privadas da área da saúde ou do agronegócio. O retorno desse investimento para as empresas foi calculado pelo Instituto Kellogg Brasil: a cada real investido na eleição de um político, a empresa obtém R\$ 8,50 em contratos públicos. "A política é feita da disputa de interesses, sobretudo, no capitalismo. Assim como as empresas, através de entidades como a CNI [Confederação Nacional da Indústria], pautam o Executivo e o Legislativo, também os trabalhadores procuram pautar seus interesses. Se esse é o pano de fundo, há que se reconhecer uma grande assimetria. O poder de determinados grupos é infinitamente maior do que o de outros", afirma Francisco Fonseca, dando como exemplo a entrada dos transgênicos no país e, mais recentemente, a regulamentação da terceirização. José Antônio Moroni concorda: "O financiamento privado faz com que a política se submeta à lógica do interesse privado de várias formas. Isso não se dá unicamente, como às vezes se pensa, durante as eleições, no financiamento das campanhas e dos partidos. Essa é a porta de entrada para os interesses privados, que vão se plasmando em determinadas políticas públicas desde sua concepção até a implementação", argumenta.

Ainda segundo Moroni, outra consequência do financiamento empresarial é fechar a porta dos espaços de poder para determinados segmentos da população. "O fato de o Congresso ser formado, em sua maioria, por homens, brancos, proprietários, heterossexuais, cristãos tem a ver com a apropriação privada do espaço público da política. E o que dá sustentação a isso é o financiamento empresarial de campanha que favorece que, nos espaços de poder, a maioria pertença a uma determinada classe social, a um determinado grupo. Isso inviabiliza a representação das mulheres, dos negros, dos homossexuais, dos indígenas, etc".

Reforma contra a política

Quando se trata da reforma política, há um consenso de que a mudança com maior potencial de emperrar as engrenagens da corrupção seria o fim do financiamento empresarial para campanhas e partidos. O Instituto Internacional pela Democracia e Assistência Eleitoral (Idea, na sigla em inglês) constatou uma tendência mundial nessa direção: ao todo, 39 países, incluindo França, Canadá e Portugal, proíbem essas doações. Por aqui, o Congresso Nacional tem empenhado suas forças na direção oposta. Esta edição foi fechada durante a votação do projeto que vem sendo chamado de contrarreforma política. Trata-se da Proposta de Emenda à Constituição 182, defendida com unhas e dentes pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que, dentre outras coisas, pretende tornar cláusula pétrea a participação de empresas no financiamento do sistema político brasileiro. Nem que, para isso, seja preciso votar duas vezes, como foi o caso. No dia 26 de maio, a proposta não passou por 44 votos (mudanças na Constituição exigem um mínimo de 308 votos). No dia seguinte, 27, a pressão

do presidente da Câmara fez com que 71 deputados mudassem seus votos e a proposta fosse aprovada, com uma mudança no texto que causou outra trapalhada: ficou decidido que a doação de empresas vai exclusivamente para partidos políticos e os candidatos só poderão receber doações de pessoas físicas. Como os partidos são pessoas jurídicas, eles teoricamente ficariam impedidos de repassar as doações ocultas. Um grupo de 63 deputados entrou com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal contra a manobra de Cunha que resultou na votação da mesma matéria duas vezes. Eles pedem a suspensão da votação da PEC até que o mandado seja julgado.

A Câmara rejeitou o distritão, defendido por Eduardo Cunha, que tornava majoritária a eleição de todos os parlamentares, ou seja, os mais votados seriam eleitos, acabando com o voto de legenda e a solidariedade entre membros do mesmo partido. Ficou mantido o sistema proporcional, que considera a votação do candidato e da legenda. Também ficou mantida a regra atual que permite coligações nas eleições proporcionais. No rol das mudanças aprovadas, consta a proposta que acaba com a reeleição de prefeitos, governadores e presidente da República, que só terão direito a um mandato de quatro anos, e a cláusula de barreira, proposta que retira o direito a tempo de televisão e recursos do Fundo Partidário de legendas que não elejam ao menos um deputado federal ou senador, o que vai impactar partidos programáticos de esquerda, como PSTU, PCO e PCB.

A reforma propõe ainda unificar o calendário eleitoral. Ou seja, do presidente da República ao vereador, todos os cargos seriam eleitos no mesmo dia. Especialistas apontam que, embora pareça mais simples, a unificação do pleito tende a concentrar a atenção dos eleitores nos cargos mais importantes, não

sobrando muito espaço para o debate em torno das propostas das eleições municipais, por exemplo.

Um dos pontos mais controversos do projeto é a instituição do voto facultativo. Na análise de Francisco Fonseca, a medida está de mãos dadas com a lógica privatista e elitista de excluir os pobres da política. Ele acredita que o que está em jogo é a formalização da 'plutocracia', conceito que define um sistema político em que o poder se concentra na mão dos mais ricos. "É a plutocracia no sentido mais fiel dessa palavra. Se isso acontecer, estaremos retroagindo todas as lutas políticas brasileiras". Para ele, em um país onde historicamente a população não confia nas instituições e no sistema político, o voto facultativo é a bala de prata: "A plutocracia fecharia o círculo: pela origem, via capital privado, e pela dinâmica, por meio do voto das classes médias e dos ricos".

Se por enquanto a disputa do sentido da reforma política pende para o lado conservador no Congresso, mais de cem entidades da sociedade civil ainda batalham nas ruas a inclusão de outros critérios na pauta legislativa. O projeto de lei de iniciativa popular da Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas, além de proibir a doação de pessoas jurídicas, a proposta limita a R\$ 700 as contribuições de pessoas físicas, estabelece teto para os gastos de campanha e amplia o aporte de recursos públicos para o financiamento do sistema político. Além disso, propõe o voto em lista em dois turnos, um sistema que fortaleceria os partidos, que deveriam apresentar propostas para conseguirem votos no primeiro turno. No segundo turno, os eleitores escolheriam um candidato entre vários apresentados em uma lista do partido. O texto também propõe a paridade entre homens e mulheres nas listas partidárias e o fim das coligações proporcionais. O movimento já conseguiu coletar 700 mil assinaturas para o projeto de lei, que foram entregues a Eduardo Cunha em ato realizado no dia 20 de maio. Na prática, para a proposta ser formalizada no Congresso, são necessárias 1,5 milhão de assinaturas. Para Moroni, que é um dos coordenadores da Coalizão, a corrupção precisa começar a ser pensada a partir de uma reflexão sobre os espaços de poder. "As estratégias de combate à corrupção não podem ser centradas no indivíduo, pois a corrupção tem relação com as formas como a sociedade constrói seus espaços de poder e as formas de exercício desse poder. Portanto, a corrupção também é captura de um poder que deveria ser exercido sobre interesses públicos". ●

Devolve, Gilmar!

O Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu pela inconstitucionalidade da doação de empresas. Em setembro de 2011, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entrou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4.650) que argumentava pela proibição do financiamento empresarial de campanhas eleitorais dadas as distorções que o poder econômico provoca na democracia representativa. A ADI começou a ser julgada em dezembro de 2013. Na época, quatro dos 12 ministros votaram a favor da proibição: Dias Toffoli, Luís Roberto Barroso, Luiz Fux e Joaquim Barbosa. O ministro Teori Zavascki pediu vistas e o julgamento foi suspenso. Retomado em 2014, o coro dos ministros contrários engrossou com os votos de Marco Aurelio Mello e Ricardo Lewandowski, alcançando a maioria de seis votos. A ministra Cármen Lúcia chegou a se pronunciar publicamente sobre o assunto, dizendo que "pessoa jurídica não deveria contribuir, porque não é cidadão". Foi aí que Gilmar Mendes fez outro pedido de vistas. Mais de um ano depois, o processo continua na gaveta.

À consideração superior

Exm.º Senhor Director-Geral

Informo V. Ex.ª que ontem, dia 25 de Abril de 1974, vários funcionários faltaram ao serviço, invocando ter ocorrido uma revolução no País.

Esclareço que esta revolução não foi autorizada superiormente, não se vendo qualquer justificação para as faltas, tanto mais que o serviço se atrasou consideravelmente.

Como na legislação vigente não estão previstas faltas pela ocorrência de revoluções, submeto o assunto ao alto critério de V. Ex.ª, na certeza de que o mesmo merecerá a atenção devida.

Lisboa, 26 de Abril de 1974
A Bem da Nação
O Chefe da 3.ª Secção
Ambrósio Silva

Joaquim Santos
de Santo Adrião



**REVOLUÇÃO
NÃO
AUTORIZADA**

No dia 25 de abril deste ano completou 41 anos a Revolução dos Cravos, que pôs fim a um período de mais de quatro décadas de ditadura militar em Portugal. O movimento culminou na promulgação de uma nova constituição, dois anos depois. Liderado por militares, o movimento contou com amplo apoio da população, que nesse dia, em 1974, saiu às ruas em comemoração portando cravos vermelhos, a flor nacional de Portugal. O problema é que 25 de abril de 1974 foi uma quinta-feira, e muita gente teve que faltar ao trabalho para poder celebrar o fim da ditadura militar. Mas a desculpa não 'colou' com alguns empregadores, como o autor da solicitação acima, que não se sensibilizou com a justificativa apresentada pelos trabalhadores para faltar ao serviço, já que a legislação não previa essa possibilidade.

Por aqui, a ditadura chegou ao fim oficialmente em 1985, mas alguns dos direitos conquistados pelos trabalhadores com a redemocratização, como o direito de greve, continuam sendo alvo de disputas na justiça. É o caso dos professores da rede estadual do Paraná, duramente reprimidos pela Polícia Militar durante um protesto no dia 29 de abril. A justiça paranaense atendeu a um pedido do governador Beto Richa (PSDB/PR) e declarou a greve ilegal, impondo multa de R\$ 40 mil por dia ao Sindicato da categoria caso os professores não retornassem ao trabalho. Em São Paulo a greve também foi judicializada. O Superior Tribunal de Justiça do estado entendeu que uma greve não é justificativa para faltar ao trabalho, e no dia 20 de maio decidiu descontar os dias parados dos professores grevistas. Assim como em Portugal, a legislação brasileira também não prevê a possibilidade de faltar ao trabalho em caso de revolução, mas prevê em caso de greve. Ainda assim, são inúmeros os exemplos em que a Justiça brasileira acaba decidindo em favor dos empregadores, declarando ilegais greves de trabalhadores.

JESUS BRIGOS

'No socialismo não pode sobrar gente'

André Antunes, Cátia Guimarães e Máira Mathias

Jesus Brigos é professor do Instituto de Filosofia de Havana e esteve no Brasil em abril deste ano para participar do Seminário da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde. O momento não poderia ser mais oportuno, já que os jornais noticiavam um esforço de aproximação diplomática entre Cuba e Estados Unidos, depois de décadas de bloqueio econômico. Aproveitando sua estada no Brasil, Jesus participou de outros eventos e cursos, em que abordou os riscos que estão colocados para Cuba nesse novo cenário e, principalmente, as mudanças econômicas com as quais o país tem enfrentado a crise, promovendo uma maior abertura para a iniciativa privada.

Ainda existe socialismo em Cuba? É possível controlar o capital? Essas são algumas perguntas que Jesus responde nesta entrevista, em que ele reconhece o desafio do país de criar um caminho alternativo, que não está escrito em lugar nenhum. Aqui, ele também comenta o êxito das políticas sociais cubanas, principalmente de saúde e educação, e tenta se defender das críticas sobre a postura do país em relação aos direitos humanos.



Maycon Gomes

Quais as principais mudanças ocorridas em Cuba a partir do anúncio da reformulação, que ampliou o espaço da iniciativa privada no país?

O foco foram essencialmente mudanças no funcionamento da economia, na criação, por exemplo, de possibilidades de ampliar o autoemprego. Isso que você chamou de empresas privadas, nós chamamos de autoemprego, ainda que essencialmente sejam empresas privadas. O que nós chamamos de lineamento é ampliar as formas de gestão da propriedade e não se reconheceu explicitamente que essas mudanças nas formas de gestão podem significar alterações nas formas de propriedade. Essa propriedade tem que funcionar de maneira diferente, tem que permitir um processo sustentável economicamente. Mas temos que fazer isso mantendo o socialismo. Há uma parte do lineamento que diz que em Cuba a forma fundamental de direção da economia será a planificação, atendendo ao mercado. Mais aí não fica claro se isso significa socialismo de mercado, se significa controlar o mercado. Aí surge a dificuldade: não é que se pode controlar o capital, é que não se podem introduzir relações de capital. Isso está em discussão ainda em Cuba. Mas o lineamento diz respeito essencialmente a mudanças na economia e coisas que têm de ser ampliadas: deve-se aumentar a produção agropecuária, as empresas estatais têm que ser mais eficientes e eficazes; devem-se desenvolver determinadas áreas da economia. Estamos concebendo essas alterações como um aperfeiçoamento integral. Se não for feito de forma integral, quanto mais aumentar o PIB cubano mais nos converteremos em um país capitalista. Falou-se muito que aumentou o emprego privado em Cuba. A realidade é que isso existia antes como um mercado negro. Quando houve a crise econômica, aumentou. Vamos legalizar e ordenar para que funcione como nos interessa.

O investimento no turismo como atividade econômica, durante a crise dos anos 1990, depois do fim da União Soviética, já era o início da solução que Cuba está regulando hoje?

Essa é uma ampliação do enfrentamento da crise. O que podia fazer ingressar novas divisas de maneira mais rápida para podermos comprar fora o que precisávamos era o turismo. Primeiro tivemos que permitir que fosse usado o dólar em Cuba, que circulava ilegalmente mas foi autorizado no ano de 1993 para poder facilitar que esse dólar entrasse de fato na economia cubana. Para isso tinha que ser legalizado, estabelecendo-se mecanismos de câmbio, ordenando pouco a pouco. Nos anos 1990 era questão de subsistência obter dinheiro para pagar as coisas. O único dinheiro que tínhamos era dos poucos hotéis. E com ele decidíamos se comprávamos petróleo ou leite em pó, de acordo com a situação do país. Às vezes tínhamos que comprar petróleo para manter a eletricidade. Em algumas províncias do país, às vezes eram 12, 16 horas sem eletricidade. Por isso começamos a ampliar o turismo. Não tínhamos dinheiro para construir hotéis, tivemos que começar a fazer negócios com empresas estrangeiras. Isso nos permitiu respirar um pouco. Hoje em dia segue-se construindo hotéis, mas os investimentos novos no turismo são feitos a partir das próprias divisas geradas pelos hotéis.

Mas isso não significa que o capital já entrou em Cuba?

Se falarmos em termos rigorosos, o capital já entrou em Cuba. Agora o que temos que fazer é ‘vacinar-nos’, isto é, fazer de alguma forma com que esse capital que entrou deixe de ser capital e que o que de novo fizermos não comece sendo capital. Por isso digo que temos que inventar. Se a “enfermidade” entrou, temos que dar a “vacina” e fazer com que o outro não entre dessa forma. Temos que ter como princípio não permitir que as relações socioeconômicas geradas entre patrão e empregados e deles com a sociedade sejam de exploração. E isso não é somente criar impostos: se quiser que sejam colaboradores seus, tem que deixar que participem com você das decisões, eles têm que intervir no planejamento. E aí tem que ter a nossa força política fazendo com que eles trabalhem em função da sociedade e não em função do lucro. Isso não é idealismo, é necessidade. Mas não está escrito como fazer.

Grande parte da situação difícil de Cuba desde os anos 1990 é atribuída ao embargo dos Estados Unidos. Mas existem outros elementos que podem ser determinações também: o fato de Cuba ter feito uma revolução socialista sendo um país ainda não desenvolvido e de ter bancado o desafio do socialismo num só país, por exemplo. Qual é a parcela de responsabilidade de cada um desses elementos?

A parte que não corresponde ao embargo corresponde a erros nossos. Vou te dar um exemplo: nos anos 1960 em Cuba se eliminou praticamente todo tipo de negócio privado. Isso teve que ser feito não por razões econômicas. Mesmo Fidel Castro, em uma visita que fez em 1959 aos Estados Unidos em uma reunião com jornalistas norte-americanos disse que tinha interesse em ajudar aos pequenos empresários cubanos a desenvolver-se, para trabalhar em função da nova sociedade. Mas o que aconteceu foi que em muitos desses negócios privados começou-se a apoiar a contrarrevolução. Então por uma razão política foi preciso expropriar essas pessoas e colocar os trabalhadores — e o Estado, que representa os trabalhadores — para administrar diretamente esses recursos. Já o tabaco em Cuba sempre funcionou bastante bem em mãos privadas.

O tabaco nunca foi nacionalizado em Cuba e foi uma sorte que não tenhamos feito isso, porque o tabaco tem que ser tratado como uma criança: deve-se colocar telas em algumas épocas do ano para que não receba muito sol, para que não dê pragas. Isso não se pode fazer com grandes extensões estatais, maquinário. Qual o sentido de que os que consertam sapatos pertençam a um ministério dirigido de forma centralizada em Cuba? Para consertar sapatos, pode-se ter uma pessoa em sua casa com duas ou três máquinas. Ninguém vai ficar rico consertando sapatos. Esse é o tipo de propriedade privada que nós pensamos que poderia se reestabelecer em Cuba. Quando começamos a abertura, nos anos 1990, os negócios privados tinham que ser familiares. Eu podia abrir um restaurante mas não podia contratar ninguém, tinha que ser minha filha, minha esposa. Agora são permitidos 30 contratados legalmente. Às vezes, de forma não legal tem mais 30. E a esses se explora mais, porque para os 30 contratados há leis trabalhistas que os protegem. Os outros, como estão ilegais, não estão protegidos por nenhuma lei.

Qual é o interesse dos Estados Unidos em tentar uma reaproximação com Cuba?

Eu tenho bem claro que o objetivo é destruir a revolução. Para isso impuseram o bloqueio. Mas depois que o impuseram, sempre vinham estudando como endurecê-lo ou abrandá-lo quando lhes convinha. Se se reestabelecem relações e eles ajudarem esse proprietário privado a enriquecer, isso o levará a ser favorável a acabar com o socialismo em Cuba. Eles sabem que nós temos que lutar para que esse privado não se reproduza como capitalista. Se trabalho em uma empresa privada e começo a ganhar mais e viver melhor materialmente do que quem trabalha em uma empresa estatal,

vou terminar no longo prazo defendendo a empresa privada. Quem vive em um país como a Espanha, que é dos mais pobres da Europa, mas é desenvolvido, tem uma casa que acaba de comprar e está pagando a hipoteca, tem um carro novo que acaba de comprar mas ainda está pagando, tem que pagar os estudos do filho que está na universidade, não vive, porque trabalha manhã, tarde, noite e domingo, difícil convencê-lo de que está sendo explorado porque ele não passa fome. Não passa fome mas não vive! Isso é o que temos que lutar para que não se desenvolva em Cuba e para isso temos que ter a empresa estatal que funcione bem, trabalhar em uma empresa estatal tem que permitir às pessoas viverem bem, a empresa estatal precisa garantir os serviços públicos de saúde, educação, com qualidade.

Pelas notícias que saíram no Brasil quando esse primeiro pacote foi apresentado, parecia que parte dessa abertura para pequenas propriedades privadas dizia respeito à dificuldade do Estado de manter aquele volume de trabalhadores vinculados as estatais...

Em Cuba existia uma situação em que todo mundo tinha trabalho. Num lugar em que uma pessoa poderia dar conta, trabalhavam quatro pessoas. Uma empresa que funcione assim não é eficiente. Mantém-se ainda em Cuba que a empresa estatal precisa ser mais eficiente, que o que pode ser feito com um trabalhador não tenha de ser feito com três. Mas para isso temos que colocar tecnologia na empresa e precisamos de dinheiro. Nosso discurso político às vezes foi ruim, porque às vezes houve quem dissesse que tínhamos que aliviar o Estado. Esse é o mesmo discurso neoliberal. Fidel sempre dizia que não podemos falar que sobra gente. No socialismo não pode sobrar gente. Mas não pode haver gente fazendo menos do que pode fazer. Às vezes, quando tínhamos recursos, para termos só um fazendo o trabalho de um, pegávamos os outros três e pagávamos seus salários enquanto eles estudavam para que se preparassem para trabalhar em algum novo investimento que iríamos fazer. Hoje não temos recursos. Quando começamos a gerar possibilidades de recursos, como fizemos com o turismo, nossa economia cresceu e podemos ter novas fábricas, novos centros de trabalho com novas tecnologias, propriedades do Estado. Não é nosso interesse dismantelar o Estado.

Historicamente existe um grupo grande de cubanos que migraram para os Estados Unidos, são empresários e fazem propaganda contrarrevolucionária. Como essa abertura pensa a inclusão dessas pessoas?

Nesse momento a lei não excluiu a possibilidade de que cubanos que moram fora invistam em Cuba. Mas não é qualquer cubano que vamos deixar investir. Um cubano que conseguiu juntar dinheiro fora do país, que abriu uma empresa de construção e quer fazer o mesmo em Cuba, tudo bem, venha a Cuba com as regras que nós estabelecemos. Hoje esse investimento de cubanos no exterior já está presente de forma não oficial. Os cubanos recebem remessas, então se sabe de determinados serviços que foram criados como negócios em Cuba com dinheiro recebido dos Estados Unidos. Por isso temos que regular tudo isso. Isso gera desigualdades: o cubano que recebe remessas vive melhor que o cubano que não recebe.

Nessas primeiras negociações com a diplomacia norte-americana, Cuba também estabeleceu exigências? Existe alguma referência a Guantánamo?

Não me lembro de isso ter sido mencionado nos comunicados oficiais sobre os debates. Em 1962, quando houve a crise dos mísseis, Fidel colocou cinco condições que teriam de ser cumpridas para o reestabelecimento das

relações. Desde aquele momento sempre tivemos a posição de negociar com os Estados Unidos. O primeiro era o fim do bloqueio, que eles justificam porque dizem que Cuba tirou propriedades deles. Isso é falso. Cuba nacionalizou todas as propriedades estrangeiras que havia em Cuba, mas a todas indenizou mediante compensações. Os Estados Unidos nunca quiseram sentar para conversar. Outro ponto era a retirada da base de Guantánamo. Estou seguro de que esse será um ponto de discussão. Porque está claro que nós não queremos a base de Guantánamo. Esse território é nosso e tem de ser devolvido.

Querida falar sobre direitos humanos: é ótimo quando você diz que garantir saúde para o conjunto da população, universal, pública, gratuita e de alta qualidade como Cuba tem é respeito a direitos humanos. Mas o que se convencionou chamar de direitos humanos envolve um conjunto de questões que vão além desses direitos mais ligados a políticas sociais. E Cuba tem um histórico de denúncias nessa área...

Cuba é criticada por manter a pena de morte, mas para que delitos temos pena de morte? Para estupro. Uma pessoa pode ser condenada à pena de morte apenas depois que todas as provas sejam apresentadas e ela tenha chance de se defender. Fuzila-se em Cuba a quem comete um atentado terrorista. Fuzilamos pessoas que colocaram em perigo a vida de centenas, sequestrando barcos que não tinham condições para navegar, levando gente à força e pondo em risco o país, porque, pelas leis dos Estados Unidos, se se produz uma migração desordenada, isso pode ser usado como justificativa para agredir Cuba. Por isso fuzilamos essas pessoas. Deve-se ter pena de morte para quem põe em risco um país. É muito banal dizer que

com isso não há respeito aos direitos humanos. Desrespeito aos direitos humanos é condenar pessoas à pena de morte somente por serem negras, como acontece nos Estados Unidos, o país que mais aplica a pena de morte no mundo.

Mas você deu o exemplo do estupro. Qual é o limite racional dentro dos princípios da revolução para se estabelecer que o assassinato de uma pessoa não é passível de pena de morte e o estupro é?

Em Cuba existe um consenso social de rejeição tão grande a esses crimes que a população não vê com maus olhos a aplicação da pena de morte. Há uma cultura profunda de rejeição a quem viola uma mulher, uma criança, à pedofilia. Tenho muitas discussões com amigos espanhóis que perguntam por que uma pessoa que molesta alguém tem de ser fuzilado. E eu pergunto: e se violarem sua irmã, sua filha?

Mas esse é o discurso da direita no Brasil.

É o discurso da direita, mas não é interpretado como uma vingança. Essa é uma pessoa que não pode viver em sociedade. Se for comprovado que é um doente mental não se condena à morte, vai para um sanatório. Há um problema cultural também. A cultura cubana é profundamente machista. Nos anos 1960 houve certa repressão contra os homossexuais, que inclusive foi mais longe: acontecia de cubanos que tinham cabelos compridos e eram acusados de serem homossexuais serem colocados para trabalhar em fazendas especiais. Isso foi um erro. Mas isso não existe mais.

As condições desfavoráveis que já comentamos fizeram com que Cuba fortalecesse o Estado. A ideia de uma transição para a extinção do Estado não foi possível em Cuba?

É que a extinção do Estado não é um ato instantâneo. Não é que o Estado desapareça, desaparece o Estado como o conhecemos até agora, algo colocado por cima da sociedade dirigindo a sociedade. A extinção do Estado precisará de uma mudança geral universal. O Estado não vai poder ser extinto nesse sentido num país só. Pelo menos porque vai ter que manter as funções de defesa.

Se nos países capitalistas a centralização dos interesses econômicos no Estado é obstáculo à democracia, na situação concreta de Cuba eu queria que você analisasse em que medida a centralização do poder político também pode ser um obstáculo à realização plena do modelo de participação que o país construiu.

Se o Estado socialista se desenvolve de forma muito centralizada, como um Estado que termine sendo de um grupo de dirigentes, não vai ser socialista. O Estado cubano faz com que todo mundo seja efetivamente parte das decisões. Na medida em que conseguimos isso, fortalecemos o Estado. Não falo em fortalecimento do Estado no sentido de ter um presidente mais poderoso. Fortalecimento do Estado é que os sindicatos tenham efetivamente a possibilidade de levar os interesses dos centros de trabalho às decisões estatais, que as mulheres tenham efetivamente possibilidade de levar seus interesses. Se não funciona assim, não é socialista. O cubano de hoje tem mais possibilidades de atuar nesse sentido: já não é analfabeto, já não é inexperiente politicamente. O que antes era suficiente como participação hoje é insuficiente. O cubano de hoje tem condições de propor ideias, de formular políticas. Isso é o que necessita a sociedade cubana cada vez mais. Precisamos que,

através dos delegados eleitos, as pessoas estejam constantemente influenciando as políticas estatais, fazendo críticas às leis, sugerindo novas leis. Pode ser através dos delegados, pode ser através dos sindicatos. Em Cuba há toda uma estrutura para que isso ocorra.

Cuba tem indicadores sociais impressionantes. O próprio Banco Mundial reconheceu agora o sistema público de educação de Cuba como o melhor da América Latina, o sistema de saúde cubano é um exemplo inspirador. Mas há pessoas que dizem que não é preciso ser um país socialista para ter bons indicadores de saúde e educação, e trazem o exemplo da Suécia, da Inglaterra, da Finlândia. Qual é a diferença desses indicadores, do modelo e da situação de saúde e educação em um país como Cuba?

A primeira diferença é que os países capitalistas que alcançaram isso são os mais ricos. Guatemala, Honduras, El Salvador não alcançaram. Ainda que não diretamente, eles alcançaram isso à custa do que o capital explora no resto do mundo. Fala-se muito no sistema educacional da Finlândia, mas ali educam-se as pessoas no sentido do capital humano, de se preparar para ser um gerente da Coca-Cola. Nós não educamos as pessoas nesse sentido. Educamos para desenvolver as potencialidades das pessoas para serem úteis à sociedade. Acredito que são diferenças essenciais. Um país pobre capitalista não vai poder ter esse modelo. Mesmo os países ricos capitalistas estão desmontando seus sistemas. Eles o mantiveram porque ao capitalista faz falta ter uma força de trabalho sadia, mas também porque existia o contrapeso do campo socialista. Ideologicamente tinham que competir. Quando desaparece esse contrapeso, começa a desmontagem dos sistemas de saúde. ●

A quem interessa a terceirização?

Para o empresariado, a terceirização é um jogo de “ganha-ganha”, fundamental para sair da crise econômica. Para estudiosos do trabalho, trata-se de um ataque aos direitos, que vai gerar mais desemprego e sub-emprego

Cátia Guimarães

Era o ano de 2007. Acácia Kuenzer encerrava uma trajetória de cinco anos pesquisando a cadeia produtiva de couro e calçados no Vale dos Sinos, Rio Grande do Sul, e uma das suas principais conclusões era que o processo de exploração do trabalho no Brasil estava passando por mudanças. “O uso predatório do trabalho nunca foi novidade na história da humanidade, mas víamos que agora esse processo tinha uma nova configuração: a terceirização, a quarteirização e a quinterização passaram a ser formas orgânicas da acumulação flexível e a acumulação do capital depende delas”, explica a professora da Universidade Feevale. Foi por isso que, oito anos depois, quando explodiu a polêmica em torno do projeto de lei que regulamenta a terceirização no Brasil, seu primeiro impulso foi dizer aquela frase que ela considera própria dos mais velhos: ‘Mas eu não falei?’. “A conclusão da pesquisa já anunciava que haveria uma ampliação desse processo”, diz. O mais curioso é que, naquela época, o PL 4330 já existia, embora pouco se tivesse ouvido falar dele. “Não é surpresa nenhuma que, num momento de crise do capital como a que o Brasil atravessa, esse projeto de lei que estava lá rodando desde 2004 seja retomado com o vigor que foi. E aí você vê que tudo aquilo que a gente pesquisou e demonstrou é pouco perto do que o projeto de lei anuncia”, atesta.

Acompanhando todas as etapas de produção da indústria de sapatos para exportação, a pesquisadora chegou até as costureiras domiciliares, responsáveis por fazer, à mão, a costura dos calçados. E, segundo ela, para que o preço do produto final possa ser competitivo, esse trabalho é terceirizado pela indústria e quarteirizado por um intermediador. “Cria-se uma pessoa jurídica que é o chamado dono de ateliê. Ele contrata com carteira assinada duas ou três costureiras domiciliares mas, na verdade, utiliza 15, 20, 30, dependendo das circunstâncias. Todas são remuneradas por peça, sem direito trabalhista nenhum. E mesmo as duas ou três que tinham carteira assinada diziam que a carteira era ‘a frio’ porque, na verdade, elas só tinham como direito o INSS que ele era obrigado a recolher. Não tinham salário fixo, nem férias nem 13º. Mas achavam que esse benefício já era uma grande vantagem: o trabalho era tão precarizado que a perspectiva de ter um salário mínimo na velhice era uma maravilha”, conta Acácia. “Essa figura do intermediador, essa falsa pessoa jurídica para justificar a quarteirização, na verdade é a legalização do ‘gato’”, diz a professora, referindo-se àquelas pessoas que recrutam desempregados para trabalhar de forma temporária e precária — boa parte das vezes de forma análoga à escravidão — na colheita das lavouras, por exemplo. No caso estudado por Acácia, a empresa-mãe pagava 22 centavos por cada par de sapatos costurado e, desse valor, 30% ficava com o ‘gato’. As mulheres, “absolutamente doentes”, trabalhavam até 16 horas por dia e, para aumentar os ganhos, dividiam o trabalho com outros membros da família, inclusive crianças.

O que os trabalhadores ganham com isso?

Os defensores do PL 4330, que depois de ser aprovado na Câmara chegou ao Senado com o nº 30/2015, alegam que a regulamentação beneficia os trabalhadores exatamente porque dificulta situações como essa relatada na pesquisa. O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, que protagonizou a defesa do PL junto ao Congresso e na imprensa, considera que o texto aprovado traz maior segurança para o trabalhador. “A empresa contratante deve fiscalizar mensalmente a contratada em relação às obrigações trabalhistas e previdenciárias. Não vai ter espaço para empresas que agem de má-fé”, diz Skaf, em entrevista à Poli, respondida por email. A Força Sindical, que negociou diretamente a inclusão desse ponto, resumido como “responsabilidade solidária”, no projeto, também acha que isso representa um avanço não só em relação ao texto original mas inclusive em relação à situação que os terceirizados têm hoje. No auge da discussão sobre o PL aprovado na Câmara, no entanto, vários juristas apontaram que o texto não é claro sobre esse aspecto. Um exemplo é que antes de falar na responsabilidade solidária, o PL diz, logo

no artigo 1º, que o contrato de terceirização entre a contratante e a contratada “aplica-se subsidiariamente”. Além disso, há quem garanta que esse aparente benefício não passa de cortina de fumaça. Ruy Braga, professor da Universidade de São Paulo (USP), por exemplo, afirma que, para esse fim, a Súmula 331, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que regula as relações de terceirização hoje, já é suficiente. “Em termos globais, isso já está previsto hoje. Só que não necessariamente se aplica”, diz. E resume: “Não é disso que se trata. O projeto de lei não foi elaborado para regulamentar o trabalho dos terceirizados, foi feito para ampliar o sistema de terceirização para toda a força de trabalho”.

Acácia lembra ainda que o projeto aprovado não estabelece qualquer controle sobre a quarteirização. Ao contrário. Enquanto a súmula do TST não fazia referência a esse processo, o projeto, no artigo 3º, autoriza a “subcontratação” pela empresa que terceiriza “quando se tratar de serviços técnicos especializados e mediante previsão no contrato original”. “Institucionaliza-se o intermediário”, conclui a professora.

Redução de direitos?

Na lista dos “vários pontos que favorecem o trabalhador”, o presidente da Fiesp aponta também o artigo 12 do projeto aprovado na Câmara que, nas suas palavras, “assegura as mesmas condições de alimentação garantida aos empregados da contratada, direito de utilizar os serviços de transporte, atendimento médico ou ambulatorial existente nas dependências da contratante, treinamento adequado, quando a atividade o exigir”, entre outros benefícios. O texto, no entanto, é um pouco mais restritivo do que faz parecer a fala de Skaf. Nele, as “mesmas condições” que o trabalhador terceirizado teria em relação ao contratado direto só estão asseguradas “quando e enquanto os serviços forem executados nas dependências da contratante ou em local por ela designado”. Mas, segundo Ruy Braga, o impacto para o trabalhador é ainda mais insignificante. “Isso só vale para grandes empresas que têm, por exemplo, restaurantes nas próprias instalações”,



ilustra. E completa: “Isso é absolutamente ridículo, é desprezível do ponto de vista dos direitos. A Fiesp deveria ter vergonha de apresentar esse tipo de argumento”.

O professor da USP não tem dúvidas de que a regulamentação vai promover uma ampliação desenfreada da terceirização no Brasil e que isso significará um aumento do número de pessoas com menos direitos e piores condições de trabalho. Ele lembra que os terceirizados não têm (e continuarão não tendo) acesso, por exemplo, a todas as cláusulas especiais que são resultado de negociação coletiva para beneficiar os trabalhadores diretamente contratados. E isso inclui conquistas variadas, desde a participação nos lucros até o recebimento de adicional noturno e a diminuição da jornada de trabalho. Além disso, ele lembra que a alta taxa de rotatividade dos terceirizados — 64,4% contra 33% dos diretamente contratados, segundo estudo realizado pelo Dieese e pela CUT — faz com que muitas vezes eles não consigam ter acesso a direitos trabalhistas como férias e 13º salário, já que vários não chegam a completar um ano de empresa.

O presidente da Força Sindical, Miguel Torres, discorda. Ele explica que a central defende a regulamentação da terceirização porque acredita que, a partir de agora, ela vai deixar de ser atrativa para as empresas. Exemplificando com o caso da Petrobras, ele aposta: “Se a empresa tem que ser especializada na atividade que é de petróleo, o sindicato dos petroleiros é que estaria negociando a convenção coletiva, a PLR [participação nos lucros e resultados], tudo. Iria ficar mais caro para a Petrobras. Porque ela tem que pagar igual todos os avanços negociais”. Torres está se referindo ao artigo 8º do projeto segundo o qual, quando o contrato se der “entre empresas que pertençam à mesma categoria econômica”, os terceirizados devem ser representados pelo mesmo sindicato da contratante. “Esses avanços vão dificultar muito a contratação de terceirizado. Aquele empresário que terceirizava para diminuir salário, diminuir benefício, não vai poder mais fazer”, acredita. E completa: “O terceirizado passa a ter uma garantia que hoje nem o efetivo tem”.

A compreensão da Força Sindical, de que isso significa um avanço, é exceção entre as centrais sindicais e polêmica em relação à análise de vários especialistas. Um texto do diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antonio Augusto de Queiroz, por exemplo, alerta que esse é um “ponto controverso” do projeto principalmente porque não se define o que são “categorias econômicas”. “Além da disputa entre sindicatos, para garantir a representação, a contratada irá questionar sua eventual vinculação ao sindicato preponderante ou a outro que não seja o da terceirizada, alegando que sua atividade é a locação de mão-de-obra e não poderá ter o mesmo enquadramento, por exemplo, de uma metalúrgica”, explica o texto. Paulo Barela, da CSP-Conlutas, resalta ainda que a ampliação da terceirização significa o aumento de trabalhado-

res com vínculo mais vulnerável. “O trabalhador terceirizado tem medo de se sindicalizar. Vai haver um enfraquecimento dos sindicatos”, aposta. Ruy Braga completa: “Se você puder terceirizar a atividade-fim, é claro que vão se multiplicar as empresas contratadas e, numa linha de montagem, você vai ter três, quatro, sete empresas prestando serviço para a empresa contratante, com uma dificuldade enorme de organização sindical porque cada empresa faz um contrato específico com a contratante e isso vai gerar uma fragmentação da base do sindicato”.

Aumenta ou diminui?

A questão é que, na contramão de todas as centrais e com um argumento que não aparece nem mesmo no discurso do empresariado, a Força Sindical acredita que a regulamentação vai tornar a terceirização mais custosa para as empresas e, por isso, a tendência é que o número de terceirizados diminua. “Eu não tenho dúvida: muita gente fala que vai aumentar o número da terceirização. Não vai. O que vai aumentar, na minha opinião, são terceirizados especializados: área de TI [Tecnologia da Informação], por exemplo. Talvez ganhem até mais o salário na sua especialidade do que ganham hoje”, aposta Miguel Torres. Para Ruy Braga, essa conta, simplesmente, não fecha. “Não há como introduzir um intermediário na relação contratual de compra e venda de força de trabalho e achar que o trabalhador vai ganhar com isso. Na verdade, você introduz um ‘gato’, a empresa se beneficia porque vai pagar menos tributo, o ‘gato’ se beneficia porque vai explorar o trabalhador e o trabalhador perde do ponto de vista dos salários, das condições de trabalho, das jornadas de trabalho e, fundamentalmente, dos direitos”, diz.

Diante dessa divergência, a pergunta inevitável é: se a regulamentação será pior para as empresas e melhor para o trabalhador, por que o empresariado organizado, principalmente a partir da Fiesp, tem se mobilizado tanto pela aprovação do projeto? “Eu tive oportunidade de falar com vários empresários — não falei com Paulo Skaf —, mas tem empresário que pensa na questão jurídica. Eles hoje têm uma instabilidade jurídica muito grande”, responde Torres. Perguntado sobre um exemplo do empresariado que é contra o projeto de lei, ele citou “o pessoal do setor têxtil”, mas não soube dizer o nome de nenhuma empresa específica. O presidente da Força Sindical citou ainda o setor de comunicação, que através dos jornais estaria se manifestando contra — não a regulamentação, mas ao artigo que trata da responsabilidade solidária.

Miguel Torres “não falou” com Paulo Skaf, mas a Poli falou. E a justificativa apresentada pelo presidente da Fiesp para defender o projeto vai na mesma direção da Força Sindical. “As empresas possuem uma vocação de produção, mas existe uma série de atividades que requerem especialização de profissionais. Porém, há outras atividades especializadas que hoje não são abrangidas pela Súmula do TST”, explica, citando alguns exemplos, como desenhistas projetistas, marceneiros e serviços de imagem e diagnóstico no setor saúde. “O que nós constatamos também é que esses trabalhadores ganham mais como terceiros do que se estivessem como contratados diretos. Eles também têm menor carga horária e mais tempo no emprego do que se fossem contratados diretamente”, diz, referindo-se a um levantamento que, segundo ele, a Fiesp fez com os dados do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego. Ao destacar o trabalho especializado como o foco da terceirização, Skaf tenta deslegitimar o dossiê “Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha”, produzido pela CUT e pelo Dieese, que traz dados diametralmente opostos aos da Fiesp: segundo o estudo, os terceirizados trabalham três horas por semana a mais do que os efetivos e ganham, em média, um salário 25% menor. O problema, segundo Skaf, é que esse relatório faz “generalizações” quando opta por trabalhar com dados agregados, “comparando médicos e profissionais de limpeza, engenheiros e recepcionistas”.

Entre as vantagens do projeto para as empresas, portanto, Skaf não cita nenhuma vez a redução de custos. No que ele considera um jogo de “ganhanha”, o principal seria a garantia de que as empresas possam se dedicar

à sua “vocação”. No entanto, a Fiesp defende o texto do projeto que amplia a terceirização também para as atividades-fim, exatamente aquelas que seriam a principal “vocação” dessas empresas. “Terceirizar a atividade-fim é o fim do mundo. Porque uma empresa existe para fazer uma coisa. Se ela não pode fazer essa coisa, para que ela existe?”, questiona Acácia Kuenzer.

Crise e emprego

“Dinamizar a economia, modernizar as práticas trabalhistas e reduzir a burocracia” são outros objetivos que a Fiesp diz buscar quando defende a regulamentação da terceirização nos moldes em que ela foi aprovada na Câmara dos Deputados. “A crise só vai passar quando formos capazes de colocar novamente o país em rota de crescimento, de geração de empregos e renda para o trabalhador”, analisa Skaf. Ruy Braga contesta. “É importante que fique claro que terceirização não significa mais emprego, terceirização significa desemprego e subemprego”, alerta. E garante: “Isso vai ser líquido e certo: quando a empresa for autorizada a terceirizar todas as suas atividades, ela vai trocar 100 trabalhadores por 70 terceirizados”.

Num diálogo direto com a ‘receita’ defendida pela Fiesp, ele inverte o foco do problema: “O esquema de terceirização é péssimo para o país e só beneficia uma camada microscópica de empresários que faz desse tipo de esquema um sucedâneo daquilo que ele deveria estar fazendo de fato, que é investir em tecnologia, desenvolvimento, inovação da base técnica, coisa que ele não faz. O empresariado brasileiro é de retaguarda. Ele gosta mesmo é do bom e velho esquema de despotismo empresarial, ou seja, flexibilizar jornada, rebaixar salários, reduzir custos atacando direitos. É um comportamento do senhor de escravo”. E conclui: “A terceirização de atividade-meio já foi uma enorme derrota. E agora a gente está na iminência de ter a CLT totalmente rasgada pela queda dessa última barreira. Eu me vejo numa situação absolutamente desconfortável e esdrúxula de ter que defender a súmula do TST porque a gente está sob um ataque dos empresários. Eu queria estar debatendo o fim das terceirizações e não sua universalização”. ●



Descompasso: a 14ª CNS aprovou 10% das Receitas Correntes Brutas; apenas três dias depois, Senado votou proposta contrária.

Sentidos da participação

Cenário político adverso para os direitos sociais e falta de efetividade das deliberações são desafios para o processo da 15ª CNS

André Antunes

Faltam cerca de seis meses para a realização da 15ª Conferência Nacional de Saúde e o cenário não poderia ser mais adverso para o Sistema Único de Saúde (SUS) e para as políticas sociais de modo geral. Basta olhar para a lista de medidas que incidem direta ou indiretamente sobre direitos sociais implementadas até agora em 2015: primeiro, em janeiro, o Executivo sancionou a lei 13.079, alterando a Lei Orgânica da Saúde para permitir a participação do capital estrangeiro na assistência à saúde; em março, foi a vez de o Congresso Nacional aprovar a Emenda Constitucional 86, do orçamento impositivo, que torna obrigatória a execução das emendas parlamentares e altera a metodologia de financiamento do SUS, reduzindo o montante de recursos federais destinado à saúde pública; em abril foi a vez do Judiciário, com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que considerou legal a terceirização da gestão dos serviços de saúde através das chamadas Organizações Sociais, que eram alvo de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade que tramitava desde 1998. Várias outras ainda aguardam aprovação, como é o caso das medidas provisórias 664 e 665, que dificultam acesso a benefícios previdenciários e trabalhistas, como pensão por morte e seguro-desemprego, e esperam apreciação do Senado Federal, assim como o projeto de lei 4330, que libera a terceirização para todas as atividades. Houve ainda o desarquivamento da Proposta de Emenda a Constituição 451/14, de autoria do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB/RJ), que pretende incluir o direito aos planos de saúde na Constituição Federal, e tramita em regime especial na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

“Essas questões nos preocupam bastante, de fato é um contexto muito adverso”, opina Haroldo Pontes, secretário-geral da 15ª Conferência Nacional de Saúde. Segundo ele, boa parte dessas medidas receberam posicionamentos contrários do Conselho Nacional de Saúde, e cita como exemplo a PEC 451. “Ela é extremamente danosa para o SUS, porque implica a contratação de plano de saúde por todo e qualquer empregador. O conselho tem uma posição completamente contrária.

Ele tem inclusive há muito tempo expressado posição contrária à isenção fiscal, aos planos de saúde”, afirma. De acordo com Haroldo, muitos desses posicionamentos foram incorporados ao documento orientador da Conferência, divulgado no dia 15 de maio. “O país”, diz o documento, “enfrenta uma crise econômica e política que favorece propostas conservadoras e antidemocráticas, as quais colocam em risco os pilares do Estado de Direito e os avanços políticos e sociais das últimas décadas. O momento exige o compromisso efetivo do Estado, dos governos e da sociedade na defesa da democracia e da cidadania”. Mais a frente, o documento orientador incorpora bandeiras mais amplas como necessárias para o avanço da reforma sanitária, como uma reforma política com controle social do processo eleitoral e financiamento público das campanhas eleitorais e que amplie a participação social mediante plebiscitos e referendos; a reforma tributária; a reforma do Judiciário; e a democratização dos meios de comunicação, bem como outras pautas mais imediatas, como o repúdio às medidas provisórias 664 e 665. “Como isso vai repercutir, aí é da correlação de forças, é da luta. É óbvio que o Congresso não é obrigado a aprovar aquilo que aprovamos, mas o conselho está lutando por isso, está se posicionando”, garante.

Limites

Ex-presidente do Conselho Nacional de Saúde, Francisco Batista Júnior acredita que, do ponto de vista político, o documento é interessante. “É um documento bonito, com aspectos muito interessantes, chamando atenção para a necessidade das reformas que a gente defende, reforma política, tributária, democratização da comunicação”, afirma. Mas para ele, o documento passa ao largo do cerne das questões que coloca. “É óbvio que não tiveram a menor preocupação em entrar nas grandes polêmicas. É um documento absolutamente genérico que não vai aos pontos nevrálgicos e aos grandes temas”, critica Francisco. Uma omissão importante segundo ele é a questão da terceirização da gestão dos serviços de saúde. “Ele faz referência ao projeto de lei da terceirização que agora está no Senado federal, manifestando posição contrária, mas não se manifesta contra a terceirização da gestão do sistema pelas organizações sociais. Em 27 páginas não há uma única citação às organizações sociais, às Oscips, a Ebserh, à fundação de direito privado. É um documento oficial, de governo”, reclama.

A enxurrada de ameaças a direitos sociais pautou também os debates da 19ª Plenária Nacional dos Conselhos de Saúde, Entidades e Movimentos Sociais e Populares, ocorrida nos dias 13 e 14 de abril em Brasília. “A conjuntura invadiu a plenária”, diz Geandro Pinheiro, professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz). A carta resultante da plenária trouxe moções de repúdio a todas as questões apresentadas no início dessa matéria, além de solicitar a aprovação do Projeto de Lei de Iniciativa Popular 130/2012, que institui o imposto sobre grandes fortunas revertido para a saúde e do Projeto de Lei Complementar 251/2005, que aumenta o teto permitido por lei para gastos com pessoal da saúde nos municípios pela Lei de Responsabilidade Fiscal. “A plenária foi organizada para ser um evento de defesa do governo, contra o ‘golpe’, pela democracia. Nem era para ter saído carta. E as cartas que saíram foram todas vinculadas à conjuntura”, aponta Geandro, e completa. “Ninguém discutiu saúde do ponto de vista mais estrito, a conjuntura entrou ali e as pessoas tiveram que se posicionar”, relata. Segundo Batista Junior, uma novidade da 19ª Plenária foi a atuação do ministro da saúde Arthur Chioro, o que para ele marca uma tentativa de abertura de diálogo político. “Foi a primeira vez que numa Plenária dos Conselhos e movimentos sociais da saúde um ministro de

estado se dispôs a ouvir representantes de todos os estados. Eu tenho absoluta discordância da política que ele está adotando, mas tenho que reconhecer que ele está sendo competente tendo esse tipo de postura numa plenária importante”, reconhece. No entanto, ele afirma não ter ilusões. “Ele está querendo sustentação política junto à militância para continuar esse processo sobre o qual tenho absoluta divergência. O documento foi bom, foi aprovado praticamente por unanimidade, mas o governo não está ligando nem um pouco para ele. Eles vão continuar tocando a agenda deles. Infelizmente nós sabemos disso”, ressalta.

Para Geandro Pinheiro, a questão levantada por Batista Junior aponta para outro problema que concorre para tornar ainda mais complicado o cenário em que deve ocorrer a conferência, que é a falta de efetividade das deliberações. “Se você pegar a 14ª Conferência e fizer uma análise, vai ver que não foi implantado nada. No campo da privatização, por exemplo, de todas as propostas ali nenhuma foi implantada: se falava contra as Os, redução de subsídios aos planos de saúde. E nada saiu do papel. O que faz com que se desacredite desse espaço como espaço de controle social de fato, de participação popular”, acredita Geandro. Para ele, esse quadro não deve mudar diante de uma conjuntura particularmente adversa. “Não acho que seria melhor se a Conferência acontecesse ano que vem ou no ano passado. Porque na verdade tem um problema que antecede isso. A participação social se burocratizou tanto nos últimos anos, se cristalizou tanto, que hoje o controle social não tem poder popular, é controlado e fragilizado ao extremo”, critica.

Mudanças e propostas

Segundo Haroldo Pontes, a organização planejou algumas alterações para tentar ampliar a participação social na 15ª CNS e fazer com

que suas decisões sejam cumpridas. Uma delas é a inclusão, no regimento interno, das conferências livres. “Qualquer grupo de pessoas pode fazer conferências para debater os eixos temáticos. Não há limite de número de pessoas nem a constituição prévia de tipo de organização. Varias delas já estão acontecendo, e o resultado disso será encaminhando e divulgado no portal da 15ª Conferência para o Brasil todo”, explica. Segundo ele, os relatórios produzidos a partir das conferências livres, ainda que não sejam incorporadas como propostas para a etapa nacional da conferência, serão importantes como “fator mobilizador e de constituição de opinião” sobre as temáticas. Essa, segundo ele, é a função também das cinco Plenárias Regionais de Conselhos de Saúde, Entidades e Movimentos Sociais e Populares, além da etapa nacional, realizada em abril. Além disso, após o término da conferência nacional, em dezembro, deve acontecer uma etapa posterior. “Ela vai ser chamada de etapa de monitoramento, em que iremos fazer o acompanhamento das diretrizes e propostas aprovadas. Isso ainda vai ser regulamentado pela comissão organizadora no decorrer do ano”, explica Haroldo.

Geandro Pinheiro é cético com relação às mudanças apresentadas pelo CNS. “Vejo como bem-vindas as alterações, mas insuficientes. Elas caem no erro de achar que é por dentro da própria engrenagem das conferências que ela vai ser mudada. Se as conferências e conselhos se afastaram do povo, não é por um regimento que vai aproximar. Então como você faz para o povo ocupar? Acho que a conjuntura pode até ajudar nesse sentido”, opina. Ele argumenta que uma conjuntura ruim pode ser boa por deixar mais claras as contradições na sociedade e dar ânimo novo à militância. “Talvez a conjuntura ruim possa ajudar o que as mudanças do modelo previsto dentro do regimento novo das conferências não estão dando conta, que é a tentativa de movimentos se organizarem para poderem ocupar e dinamizar esse espaço”, diz o professor-pesquisador da EPSJV.

Francisco Batista defende que essa dinamização das conferências passa por um processo de abertura para outros atores que não têm tido participação nesse debate. “Isso ajudaria a estabelecer uma nova ordem de disputa política e ideológica. Eu conversei inclusive aqui no meu estado, o Rio Grande do Norte, com a OAB[Ordem dos Advogados do Brasil], que tem certa facilidade de dialogar com todos os setores da sociedade. Tem um papel fundamental para cumprir. A partir dessa ampliação da participação, temos que alterar nossa forma de dialogar com esses setores para superar questões que a gente não está conseguindo superar”, defende. Uma dessas questões, segundo ele, é o diálogo com a sociedade no que se refere ao direito à saúde. “A população acha que ter direito à saúde, ao SUS, é ter acesso ao serviço independente de se esse serviço é privado, conveniado, terceirizado. Nós não conseguimos convencer a população que é necessário pensar que se o serviço a que ela está tendo acesso é privado, tem um custo maior e esse custo está desfinanciando e inviabilizando o serviço público. Eu estou tentando dizer da importância de mudarmos nossa forma de dialogar com a população, com a sociedade civil, para conseguir convencer a população que as reivindicações e bandeiras delas devem ser outras. Não podem mais ser ter direito a plano de saúde, ter acesso a um serviço independentemente se é terceirizado ou não”, defende. Outro ponto importante se refere aos subsídios do governo para o financiamento de planos de saúde para servidores públicos. “Não posso concordar que nenhum governo deva pagar plano de saúde para qualquer servidor. Primeiro porque a obrigação do governo é com Sistema Único de Saúde e no momento que ele paga plano de saúde está desfinanciando o SUS. Segundo porque no momento em que financia plano de saúde está alimentando um sistema paralelo privado que inviabiliza qualquer possibilidade de um sistema público

universal integral. É o tipo de debate que não estamos conseguindo fazer com uma parcela fundamental da sociedade brasileira que a gente não conseguiu convencer a vir para o nosso lado”.

Essas contradições se dão também no interior do Conselho Nacional de Saúde que, para Francisco Batista, tem se mostrado refratário a discussões de cunho mais estrutural sobre o SUS. Ele dá o exemplo do tema do financiamento. “O subfinanciamento é um sintoma da doença mais grave. Eu não vou defender mais recursos para o SUS para ser aplicado preferencialmente na atenção especializada em detrimento da atenção básica, por exemplo; para serem aplicados no setor privado contratado conveniado enquanto nossa rede fica sucateada”, completa. No entanto, ele afirma que foi voto vencido dentro do CNS. “O Conselho achou que se a gente fosse discutir isso perderia parceiros importantes nessa luta. Que parceiros? Entidades médicas que defendem as cooperativas e os serviços privados onde eles atuam, o deputado Darcísio Perondi, que defende as Santas Casas e a rede privada, e grandes interesses do setor privado da saúde. É mais importante fazer esse tipo de aliança conservadora a debater o que é importante para o sistema”, critica. Geandro Pinheiro concorda: “O sistema de saúde que a gente tem hoje — focalizado, privatizado — não tem nada a ver com o SUS que estava colocado lá no horizonte da utopia do movimento sanitário. Pela opção estratégica de fazer o que dá, o que a correlação de forças permite, chegamos a esse ponto”. Ainda assim, Geandro defende que as conferências ainda são um espaço de disputa importante, apesar de acreditar que elas deixaram de ser espaços de mudança popular. “As conferências são um lugar para disputar, fazer articulações. Mas eu acho que as mudanças devem vir de fora da institucionalidade, a partir da construção de uma mobilização dos movimentos populares”, opina. ●

Os próximos passos do Pronatec

Participação das instituições privadas e prioridade dos cursos de curta duração ainda são as principais críticas ao programa

Cátia Guimarães

Os valores relativos à transferência de recursos para o Sistema S, no entanto, são incomparavelmente mais altos. Financiando principalmente cursos de formação inicial e continuada, de curta duração, só em 2014 o governo federal transferiu mais de R\$ 2,5 bilhões para o Senar, Senat, Senac e Senai — para este último, foram R\$ 1,5 bilhão. Para efeito de comparação, no mesmo ano, o total repassado para os 18 estados que receberam recursos foi de R\$ 207 milhões. Os dados são do Sistema de Gestão Financeira do FNDE.

A Educação Profissional virou notícia nos grandes jornais. O motivo? A grita geral das empresas privadas pelo atraso no repasse do dinheiro relativo ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). No dia 19 de fevereiro, o Ministério da Educação (MEC) liberou R\$ 119 milhões para pagar três meses de mensalidades dos cursos técnicos oferecidos pelas instituições privadas de ensino superior, que hoje são responsáveis por 7% do total de vagas do Programa, todas no componente bolsa-formação. “O barulho que as instituições privadas fazem é legítimo porque elas estão contribuindo muito com o Pronatec”, diz o secretário de educação profissional e tecnológica do MEC, Marcelo Feres, ressaltando, no entanto, que o Ministério não conta com isso para alcançar a meta do Plano Nacional de Educação (PNE) de triplicar o número de matrículas nos cursos técnicos em dez anos, já que o impacto quantitativo que elas geram é muito baixo.

De acordo com o titular da Setec, a participação das instituições privadas de ensino superior no Pronatec, que se dá desde 2013, precisa ser pensada para além de uma “leitura simplista” que se apegue apenas a números. “O que nós promovemos foi um processo de utilização da capacidade instalada por meio de indicadores de qualidade com cursos associados. Eu penso que isso é um grande avanço como possibilidade de verticalização. Essa é a palavra-chave. Ou seja, a instituição já tem o curso superior, no momento em que ela traz a possibilidade de um curso profissionalizante, isso melhora sua condição enquanto instituição e potencialmente um estudante que entra para fazer um curso técnico pode verticalizar e fazer um curso superior”, explica.

Os números, no entanto, não são nada desprezíveis. Só em 2014, segundo dados do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), essas instituições receberam quase R\$ 645 milhões do governo federal para atuarem no Pronatec. E, neste ano, o valor já ultrapassa os R\$ 404 milhões. Entre as mais de 500 instituições que participam do Programa, estão várias que compõem os maiores grupos empresariais de educação do Brasil e do mundo, como a Anhanguera-Kroton e a Estácio de Sá. Como só é possível consultar as informações por CNPJ, e esses grandes grupos empresariais são formados por várias instituições, não é fácil fechar a conta de quanto cada um recebeu.

De acordo com Luiz Caldas, reitor do Instituto Federal Fluminense (IFF), ex-presidente do Conselho Nacional dos IFs (Conif) e ex-diretor de políticas da Setec/MEC, a rede federal tem se colocado criticamente em relação a essa participação privada. “A rede acha desnecessária, arriscada e um pouco contraditória essa oferta”, diz, explicando que não há razão para esse subsídio às instituições particulares de ensino superior. “Essa medida não se justifica para dar conta da quantidade de matrículas porque as redes públicas já provaram que, quando houve financiamento, se conseguiu ampliar a oferta”, garante. De fato, de acordo com o relatório de execução da Setec de 2013, o único componente que ultrapassou as metas do Pronatec na realização de cursos técnicos foi a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Luiz Caldas questiona ainda o “conceito” de verticalização que orientaria a participação das instituições privadas no Pronatec. “Verticalização se dá de baixo para cima e não o contrário”, diz. Marise Ramos, professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), concorda, ressaltando que isso talvez faça sentido pela lógica da rentabilidade privada, já que a ‘mercadoria’ curso técnico pode ser de produção mais barata do que a de curso superior. Associando a verticalização à história dos Institutos Federais — que oferecem formação em diversos níveis, desde a educação básica até a pós-graduação —, Marise destaca que o êxito desse modelo inventado pelos IFs está relacionado ao fato dessa formação ser “atravessada” pela produção de conhecimento científico e tecnológico, o que não é verdade na maioria das instituições privadas de ensino superior.

O lugar do curso técnico

Tudo isso diz respeito aos cursos técnicos, que são a modalidade do bolsa-formação da qual as instituições privadas de ensino superior participam. Mas a verdade é que os números relativos a esse nível de ensino ainda são muito inferiores aos dos cursos mais rápidos, chamados de Formação Inicial e Continuada, que têm no mínimo 160 horas e não conferem uma certificação profissional ao aluno. De acordo com informações fornecidas pelo MEC, do total de 8 milhões de matrículas realizadas até hoje no Pronatec, apenas 30% foram em cursos técnicos. Até 2013, no entanto, segundo os números apresentados no relatório de gestão da Setec, esse total foi ainda um pouco menor: 26,8%. Entre todos os componentes do Pronatec, o que mais ofereceu cursos técnicos foi o bolsa-formação, responsável por 5% da oferta até 2013. Nem o relatório nem os dados enviados pelo MEC discriminam as instituições responsáveis por essa oferta, mas se somarmos as vagas oferecidas até 2013 com as que foram previstas para 2014, chegamos a 6,9% do total, o que permite deduzir que praticamente todas as vagas dos cursos técnicos do bolsa-formação foram oferecidas pelas instituições privadas de ensino superior.

Como o relatório também informa que a rede federal foi responsável por 14,66% da oferta de bolsa-formação, o cruzamento dos dados permite concluir que, diferente do que se anunciava no início do Pronatec, os IFs têm ampliado sua participação também nos cursos FIC, que não faziam parte da sua 'tradição'. "O volume de matrículas na rede federal veio crescendo em termos de formação inicial e continuada ano após ano", confirma o secretário do MEC, afirmando que isso mostra como não há mais desconfiança por parte dos Institutos Federais em relação ao Pronatec. De fato, Luiz Caldas faz questão de ressaltar que a rede não faz resistência ao Pronatec como um todo, mas, segundo ele, existem muitas críticas à prioridade dos cursos FIC e à própria centralidade que o componente da bolsa-formação — responsável por mais da metade das matrículas totais do Pronatec até hoje — ganhou no programa. "A gente reconhece que o Pronatec tem sido, sobretudo nesses últimos anos, colocado como destaque a partir da bolsa-formação", diz. Ele afirma que esse componente do programa tem méritos e entende que ele se justifica no contexto de uma "política de desenvolvimento" que requer um processo mais intenso de profissionalização, mas pondera: "O bolsa-formação não dá conta do que do ponto de vista da rede federal representa a educação profissional como um todo". E exemplifica: "Não podemos ver a educação profissional apenas a partir de cursos FIC, como uma política que não reconhece o ensino médio integrado".

O secretário de educação profissional e tecnológica do MEC defende que a relação entre a formação técnica e os cursos de curta duração no Pronatec precisa ser medida de "forma mais justa". Ele sugere que se leve em conta, por exemplo, que o tempo que se gasta para realizar um curso técnico é seis vezes maior do que o necessário para um curso de formação inicial e continuada. Além disso, baseado em dados do censo, Feres ilustra a importância que essa formação menos fragmentada teria nessa política informando que, de 2008 para cá, houve um crescimento de 100% das matrículas dos cursos técnicos no país. A questão é que o Pronatec só foi criado em 2011 e há quem identifique exatamente nesse momento uma mudança de rumo. Num artigo em que aponta avanços e recuos da política nessa área, por exemplo, Marise Ramos analisa os números do relatório de gestão de 2011, que apontam, entre outras coisas, um investimento importante na rede pública estadual, por meio do programa Brasil Profissionalizado, num processo orientado pela valorização da integração entre educação básica e educação profissional. Ela conclui elogiosamente: "Essas ações constituíram uma política pública de educação profissional e tecnológica bastante distinta das tendências

fragmentadas e focalizadas que caracterizaram o período FHC. (...) Além disto, vêm acompanhadas de documentos que dispõem sobre princípios e diretrizes para as ações políticas e pedagógicas realizadas". Mas, na sequência, a pesquisadora analisa os dados posteriores à unificação dessas ações no Pronatec e a conclusão é que as diretrizes do programa "ampliam a participação da esfera privada subsidiada pelo fundo público e indicam a predominância da formação inicial e continuada em detrimento da educação profissional integrada ao ensino médio".

Mudanças

De acordo com Marcelo Feres, um dos "aperfeiçoamentos e inovações" que o Pronatec deve sofrer a partir de agora é o investimento em "itinerários formativos". "A rigor, nós trabalhamos muito mais com a formação inicial apenas. É preciso dar oportunidade para que esses estudantes tenham condições de continuar estudando e caminhando na direção da formação de um curso técnico", reconhece o secretário. Marise explica que o itinerário pressupõe que se pense uma formação integral construída em módulos que o trabalhador possa percorrer de forma mais flexível — como o curso técnico de agente comunitário de saúde, que ela considera exemplar. Diante do que tem se tornado prioridade no Pronatec, Luiz Caldas alerta que o curso técnico, como resultado de um itinerário, não pode ser a simples soma de vários cursos FIC.

Outra prioridade do Pronatec de agora em diante, segundo o secretário, será a formação continuada dos trabalhadores já inseridos nos serviços, o que, segundo ele, abre espaço também para a ampliação da formação à distância. Outras duas inovações, de acordo com Marcelo Feres, serão a migração automática dos egressos do Pronatec para o portal Mais Empregos, do Ministério do Trabalho, e o fortalecimento das ações do Programa Jovem Aprendiz. ●

O braço do Banco Mundial nas políticas de saúde e educação



Com uma trajetória historicamente articulada ao seu membro mais influente – o governo dos Estados Unidos – através de que estratégias o Banco Mundial torna-se referência política, intelectual e financeira na construção do processo de neoliberalização capitalista que vem sendo instaurado em distintos países da América Latina entre 1980 e 2013? Através de que mecanismos o Banco Mundial, em articulação com determinados grupos hegemônicos dos respectivos países envolvidos, tem encaminhado sua influência nas políticas sociais, com destaque para as áreas da educação e da saúde no período em questão?

Os organizadores da obra, João Marcio Mendes Pereira e Marcela Pronko, e demais autores envolvidos respondem com êxito tais inquietações ao analisarem historicamente o papel político desempenhado pelo Banco Mundial, no período de 1980 a 2013, com ênfase no campo da educação e da saúde, “duas áreas que se tornaram centrais na sua pauta de operações ao longo dos últimos trinta anos”.

A primeira parte do livro contém dois artigos que se propõem a apresentar uma análise mais geral da trajetória do Banco e do seu programa político com ênfase nos aspectos contraditórios de sua atuação no período definido. A segunda parte aborda seu amplo papel no campo internacional da educação; suas estratégias na definição das políticas educacionais voltadas para a América Latina; e sua capacidade de influência no processo de reforma educacional no Brasil. A terceira parte concentra-se no papel do Banco Mundial na área da saúde através da ascensão e gradual construção de sua liderança internacional nesse campo; na análise da atuação do Banco na formulação e construção de uma agenda hegemônica voltada para um processo de mercantilização e financeirização do setor; na relação do Banco Mundial e seus mecanismos de interferência no sistema de saúde no Brasil; e numa reflexão voltada às influências das prescrições do Banco no financiamento do Sistema Único de Saúde brasileiro.

Mas, em seu conjunto, o livro vai além dos propósitos temáticos apontados. As análises se apoiam numa articulada reflexão histórica referendada em documentos, relatórios oficiais da instituição e obras de referência encomendadas a intelectuais de diferentes países que atuam de maneira articulada ao BM. O livro também se singulariza ao assumir como fio condutor o pressuposto, ainda pouco explorado pelas pesquisas existentes sobre o tema, de que, a despeito da efetiva coerção externa praticada, a atuação do BM não se dá através de “uma sobredeterminação do âmbito internacional sobre o nacional, como uma imposição unilateral da qual os governantes locais seriam vítimas”. Tal fundamento vai sendo não só trabalhado como evidenciado ao longo dos diferentes enfoques presentes nos artigos desenvolvidos. Os autores vão mapeando tanto os discursos que trabalham resignificações de referência do campo da educação e da saúde quanto as estratégias políticas implementadas pelo Banco Mundial. Trata-se de um universo articulado, centrado na construção de consensos dialeticamente coercitivos e eficientemente flexíveis na medida em que os princípios advogados pelo Banco são trabalhados e assimilados de diferentes formas nos distintos países submetidos à sua influência.

O presente livro é leitura de fundamental importância para todos aqueles que se interessam pelos temas tratados mas, mais do que isso, trata-se de uma obra voltada para quem se interessa pela lógica da construção do pensamento crítico no âmbito das ciências humanas e sociais – ou seja, estudantes, pesquisadores e intelectuais que desafiam o entendimento linear e naturalizado da realidade, tão presente nos dias de hoje. ●

A Demolição de Direitos. Um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013). João Marcio Mendes Pereira e Marcela Pronko (orgs.)

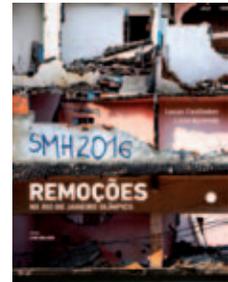
Por **Maria Teresa Cavalcanti de Oliveira**, doutora em Educação e professora da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/Uerj)

PUBLICAÇÕES



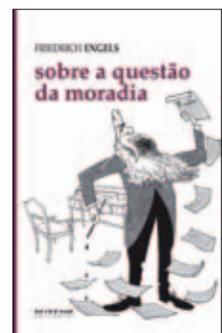
Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde
Fernando Ferreira Carneiro,
André Búrgio, Karen Friedrich,
Lia Giraldo e Raquel Rigotto
(orgs)

EPSJV e Expressão Popular
624p. 2015



SMH 2016: Remoções no RJ olímpico

Lena Azevedo e
Lucas Faulhaber
Mórlua Editorial
124 p. 2015



Sobre a questão da moradia
Friedrich Engels
Boitempo 2015 160p.

PODER POPULAR

França, 1871. “A Comuna foi formada por conselheiros municipais, eleitos por sufrágio universal nos vários bairros da cidade, responsáveis e revogáveis em qualquer momento. A maioria dos seus membros eram naturalmente operários ou representantes reconhecidos da classe operária. A Comuna havia de ser não um corpo parlamentar, mas operante, executivo e legislativo ao mesmo tempo. (...) As funções públicas deixaram de ser a propriedade privada dos testas-de-ferro do governo central”.

Rússia, 1918. “existe hoje em Moscou e em qualquer cidade, em qualquer aglomerado do país, um organismo político complexo apoiado pela grande maioria da população e que funciona de um modo tão satisfatório quanto é possível funcionar um governo popular de formação recente. (...) Inicialmente, os delegados dos soviets dos operários, dos camponeses e dos soldados eram eleitos segundo regras que variavam com as necessidades ou a quantidade da população nos diferentes locais. (...) Nunca foi criado qualquer corpo político tão maleável e que responda dessa forma à vontade popular”.

Brasil, 2015. “Em plena Jornada de Lutas dos servidores públicos federais e enquanto aconteciam protestos pelo país, a Câmara dos Deputados aprovou, a partir da repressão aos sindicatos e movimentos sociais, numa sessão de portas fechadas, o Projeto de Lei 4330/2004, conhecido como PL da Terceirização”.

Três países, três contextos, três séculos diferentes. Mas, mais do que isso, os trechos que abrem esta matéria mostram três práticas (e concepções) muito distintas de democracia e participação social. No primeiro texto, o filósofo alemão Karl Marx explica como funcionava a Comuna de Paris, um governo de

organização popular que nasceu principalmente da resistência da população à vergonhosa rendição do governo francês na guerra contra a Prússia, e que durou 40 dias, quando todos os insurgentes foram massacrados pela Guarda Nacional. No segundo, o jornalista John Reed descreve o processo de tomada de decisão que se construiu a partir dos *soviets* em meio à Revolução Russa, que ele viveu e registrou. No último, o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal de São Paulo relata o cenário recente em que, no Brasil, a ‘Casa do Povo’ aprovou um projeto contra o qual haviam se mobilizado vastos setores da sociedade, incluindo movimentos sociais e até personalidades do mundo artístico. O que está em questão no paralelo entre essas situações são a distância e os obstáculos que se criam entre o poder decisório e a vontade popular, um problema que, na avaliação de Mauro Iasi, professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), não se resolve com qualquer nova “engenharia” que possa ser produzida por uma reforma política. “Nós defendemos formas não de democracia participativa somente, mas de democracia direta”, diz, completando: “Falamos na ideia de poder popular como uma profunda mudança na forma política necessária para o período que estamos vivendo, uma forma política que possa de fato expressar o segmento da sociedade que está alijado da política tal como ela está estruturada hoje”.

Poder popular sem revolução

Mas você já deve ter percebido que existe uma pegadinha na comparação proposta no início desta matéria. Afinal, nada no cenário brasileiro indica qualquer semelhança com o contexto revolucionário que viviam a Paris do final do século 19 e a Rússia do início do século 20. De acordo com Iasi, no entanto, no que diz respeito ao processo político, as manifestações que explodiram no país em 2013 foram uma expressão clara de insatisfação com o processo político institucional brasileiro. “O que aconteceu em 2013 foi um recado evidente, para quem soube ouvir, de que as formas políticas não estavam representativas dos anseios da maioria da população”, diz. O recado foi dado mas, segundo ele, isso não significa que estejam dadas também as condições para a efetivação de uma democracia mais direta e plena, ancorada num verdadeiro popular.

Processo de construção

A saída está, segundo o professor, em não pensar o poder popular como algo dado, reconhecível apenas na sua forma ‘pronta’. Em germe, diz, já existe poder popular hoje nas diversas formas de resistência que os trabalhadores têm empreendido nas mais variadas lutas: por melhores condições de trabalho, pelo direito à saúde e à educação, por exemplo. “Isso não é hoje uma potencialidade, é uma realidade”, diz, exemplificando com as diversas greves que estão acontecendo pelo país, principalmente entre os professores. Esse é, segundo ele, um “primeiro momento” do poder popular.

Essas lutas, no entanto, são ainda isoladas, fragmentadas. O ‘salto’ para um “segundo momento” depende, exatamente, da construção de um “campo de unidade” que possa se apresentar como “real alternativa de organização da vida política, social, econômica e cultural do país”. “O terceiro momento é quando essa construção política tem força para ser de fato uma alternativa de disputa de poder no Brasil. E que, portanto, possa, a partir de vitórias eleitorais

com pressão social, pressão política e ações diretas, criar as condições para um governo da classe trabalhadora”, conclui. Como culminância desse processo de construção do poder popular, caberiam, “aí sim”, mudanças nas regras políticas que passariam necessariamente por mecanismos de participação direta, como constituinte popular, “autônoma e soberana”.

O problema é que esse ‘passo a passo’ parte do reconhecimento das lutas já em andamento, e a verdade é que a maioria da população não participa de partidos, movimentos sociais ou outros coletivos de atuação política. “A política se alienou daqueles que constituem a base da sociedade”, concorda Iasi. O problema, diz, é que quando se naturaliza esse estado de coisas, gera-se algo como uma “profecia auto-realizável”: “As pessoas consideram isso como situação dada e procuram uma saída dentro desse espaço limitado da política institucional”, diz, exemplificando com a ênfase que a reforma política está tendo, neste momento, como solução da crise política. “Há setores populares que tratam da reforma política como se fosse uma espécie de tábua de salvação, chamando uma constituinte neste momento, sem nenhuma outra forma anunciada. Ora, assim, você tem a possibilidade de um conchavo por cima, no âmbito do Congresso, onde os próprios agentes da política institucional de hoje vão acordar uma reforma cosmética, que vai mudar a forma sem mexer na substância dessa política elitista, ou de um plebiscito, por exemplo, que apenas legitime como expressão popular esse conchavo feito por cima”.

Uma questão importante, na opinião do professor, é entender que a luta pela mudança política não pode se limitar aos espaços tradicionais. “Essa esfera institucional, que constitui os parlamentos, não tem o monopólio da política. Porque o fazer político é também o organizar-se para resistir”. Para Iasi, no Brasil boa parte dessa população que é recusada nos espaços formais de representação, foi também sendo retirada dos lugares de organização em que se encontrava

nas décadas de 1970 e 1980, através de um longo processo de desmobilização política. Mais do que a reforma das instituições, portanto, a ideia de poder popular passa primeiro pela reorganização dessas lutas. “Assim, a gente contrapõe a isso uma construção de poder e de governo que desmascare que, por trás dessa forma que se impõe como vontade geral, estão os interesses das empreiteiras, dos bancos, do capital privado”, diz, apontando um diagnóstico semelhante ao que embasa a reivindicação por uma reforma política entre os setores progressistas, mas divergindo na estratégia. E completa: “Numa assembleia popular, esses interesses vão ter que entrar em choque com uma demanda popular claramente expressa como vontade política”.

Como?

Mas como isso pode se efetivar na prática? Primeiro, segundo Iasi, esse processo precisa se expressar em espaços concretos de organização desde a base, que se dê das mais variadas formas, a partir de locais de moradia, de locais de trabalho, de militância prévia, entre outros. Segundo, diferente do que acontece com as instâncias formais de controle social existentes hoje, os “órgãos de poder popular” precisam ser deliberativos e não apenas espaços de discussão. Ele critica a partir do campo da saúde, que seria, na sua avaliação, o único em que, pelo menos, isso funcionou como processo de democracia participativa: “A última conferência nacional de saúde foi um exemplo desse limite. Chega-se a um texto que questiona o papel das OSs [Organizações Sociais] e os caminhos indiretos da privatização, em defesa da saúde pública, 100% estatal e gratuita. Aí o Ministério da Saúde agradece a contribuição da conferência, joga fora isso e apresenta um documento que respalda e referenda o caminho que já estava sendo seguido”.

No desenho de democracia direta que embasa a ideia de poder popular, a proposta é construir alternativas para um desfecho diferente. E o exemplo de Iasi é didático para explicar o encaixe desse ‘modelo’ no contexto atual de vigência da democracia representativa. Suponhamos que o Brasil eleja um presidente comprometido com a construção do poder popular e que ele esteja no momento de apresentar um projeto de lei orçamentária, exatamente como acontece todos os anos, que seria votado pelo Congresso, composto por todos os parlamentares eleitos pelo atual sistema. “Como isso acontece hoje? O presidente chama sua base de apoio e faz as negociações, troca apoio político por emenda parlamentar, etc. E o orçamento vira uma colcha de retalhos em que acabam prevalecendo os interesses dos grandes e poderosos *lobbies* econômicos e políticos. Já nosso presidente fictício vai construir a lei orçamentária na discussão com o poder popular, organizado desde o local de trabalho, de moradia, de militância, nas diferentes regiões, até uma grande conferência do poder popular que culmina na definição do orçamento, tendo considerado todos os elementos necessários para tomar essa decisão”, compara, lembrando que, embora a lei imponha ao presidente a obrigação de apresentar ao Congresso um projeto de orçamento, nada nessa mesma lei o impede de construir essa proposta a partir da deliberação da base. Assim, diz, nesse contexto, o poder popular não elimina o Congresso, mas promove uma espécie de “dualidade de poderes”. “Isso vai gerar uma posição que certamente se chocará com a vontade política expressa na esfera institucional do poder político, onde os interesses dos bancos, do agronegócio e dos grandes meios de comunicação estão prevalecendo. Do outro lado, vamos ter um poder popular que vai defender aquilo que é a necessidade da população construída a partir de instâncias de participação direta”, explica. E completa: “Daí vamos pressionar o Congresso para que ele aprove aquilo que saiu das assembleias do poder popular e não aquilo que mandam os seus financiadores. O poder popular não é um governo de consenso: é um governo de explicitação de antagonismos. A diferença é que, assim, a população também tem órgãos para expressar o seu poder”. ●

Cátia Guimarães